

ÍNDICE

2.2.4.4.4.2 -	Levantamentos Socioambientais numa perspectiva educativa.....	1/77
---------------	---	------

Legendas

Quadro 2.2.4.4.2-1 - Número de turmas por nível de ensino e de instituições de nível superior	3/77
Quadro 2.2.4.4.2-2 - Número de estabelecimentos segundo sua esfera administrativa.....	4/77
Quadro 2.2.4.4.2-3 - Taxa de Alfabetização das Pessoas de 5 anos ou mais (%).....	5/77
Figura 2.2.4.4.2-1 - Ranking da taxa de alfabetização entre os municípios da Área de Estudo Municipal (AEM) (%).....	7/77
Figura 2.2.4.4.2-2 - Ranking da taxa de alfabetização entre as microrregiões que compreendem os municípios da Área de Estudo Municipal (AEM) (%).....	8/77
Quadro 2.2.4.4.2-4 - Nível de instrução da população de 10 anos ou mais.....	9/77
Figura 2.2.4.4.2-3 - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais segundo o nível de instrução.....	10/77
Figura 2.2.4.4.2-4 - Quantidade de escolas com educação ambiental na Área de Estudo Municipal (AEM).....	11/77
Figura 2.2.4.4.2-5 - Quantitativo de potencialidades socioambientais por categoria na Área de Estudo Local (AEL).....	23/77
Quadro 2.2.4.4.2-5 – Potencialidades apontadas por localidade – Trecho 01	24/77
Figura 2.2.4.4.2-6 - Quantitativo de potencialidades socioambientais por categoria no Trecho 01	25/77
Quadro 2.2.4.4.2-6 - Potencialidades apontadas por localidade – Trecho 02	26/77
Figura 2.2.4.4.2-7 - Quantitativo de potencialidades socioambientais por categoria no Trecho 02	27/77
Quadro 2.2.4.4.2-7 Potencialidades apontadas por localidade – Trecho 03	27/77
Figura 2.2.4.4.2-8 - Quantitativo de potencialidades socioambientais por categoria no Trecho 03	29/77
Quadro 2.2.4.4.2-8 - Potencialidades apontadas por localidade – Trecho 04	29/77
Figura 2.2.4.4.2-9 - Quantitativo de potencialidades socioambientais por categoria no Trecho 04	31/77
Figura 2.2.4.4.2-10 - Nível de ensino dos estabelecimentos identificados na Área Diretamente Afetada (ADA).....	32/77
Figura 2.2.4.4.2-11 - Nível de ensino dos estabelecimentos no Trecho 01.....	33/77

Quadro 2.2.4.4.2-9 – Estabelecimentos de ensino identificados no Trecho 01	33/77
Figura 2.2.4.4.2-12 - Nível de ensino nos estabelecimentos do Trecho 02	34/77
Quadro 2.2.4.4.2-10 – Estabelecimentos de ensino identificados no Trecho 02	35/77
Figura 2.2.4.4.2-13 - Nível de ensino nos estabelecimentos no Trecho 03	36/77
Quadro 2.2.4.4.2-11 - Estabelecimentos de ensino identificados no Trecho 03	36/77
Quadro 2.2.4.4.2-12 – Estabelecimentos de ensino identificados no Trecho 04	37/77
Quadro 2.2.4.4.2-13 - Nível educacional no Trecho 01	38/77
Quadro 2.2.4.4.2-14 - Nível educacional no Trecho 02	39/77
Quadro 2.2.4.4.2-15 - Nível educacional no Trecho 03	40/77
Quadro 2.2.4.4.2-16 - Nível educacional no Trecho 04	40/77
Figura 2.2.4.4.2-14 - Quantitativo de Organizações sociais por tipo e por Trecho	54/77
Quadro 2.2.4.4.2-17 - Total de organizações sociais por trecho	55/77
Quadro 2.2.4.4.2-18 - Organizações de produtores e trabalhadores rurais na Área de Estudo Local (AEL).....	55/77
Quadro 2.2.4.4.2-19 – Organizações de Comunidades Tradicionais na Área de Estudo Local (AEL)	57/77
Quadro 2.2.4.4.2-20 - Organizações comunitárias na Área de Estudo Local (AEL).....	58/77
Quadro 2.2.4.4.2-21 - Outras organizações na Área de Estudo Local (AEL)	59/77
Quadro 2.2.4.4.2-22 - Disputa de terras no Povoado Malhadinha	70/77
Quadro 2.2.4.4.2-23 - Grilagem de terras e carvoarias ilegais no Trecho 01.....	71/77
Quadro 2.2.4.4.2-24 - Tensões de carvoarias em Poço da Jurema	72/77
Quadro 2.2.4.4.2-25 - Conflito entre produtores rurais em Poço da Jurema	72/77
Quadro 2.2.4.4.2-26 - Tensões sobre painéis solares no Povoado Sítio Santo Antônio	73/77

Quadro 2.2.4.4.2-27 - Grilagem de terra na Comunidade de Fundo de Pasto Brejão	73/77
Quadro 2.2.4.4.2-28 - Tensões e conflitos com Parques Eólicos em Gentio do Ouro.....	74/77
Quadro 2.2.4.4.2-29 - Conflitos entre parques eólicos e grilagem de terra nas comunidades de fundo de pasto em Gentio do Ouro.....	75/77
Quadro 2.2.4.4.2-30 - Conflito com linha de transmissão na Fazenda Canadá	76/77
Quadro 2.2.4.4.2-31 - Disputa de terras no Trecho 04	76/77

2.2.4.4.2 - Levantamentos Socioambientais numa Perspectiva Educativa

Agrupando temáticas de diferentes naturezas, esse item procura caracterizar elementos da realidade regional. As condições de educação da população, a infraestrutura de ensino disponível à população local e o nível de educação formal observado são associados a questões sociopolíticas e ambientais em voga para o cotidiano da população, partindo das experiências identificadas no âmbito da Educação Ambiental, e avançando para a identificação de organizações sociais, potencialidades e sensibilidades socioambientais, expostas por meio de tensões e conflitos existentes nas áreas de estudo.

A descrição e a análise dos dados obtidos foram desenvolvidas considerando o estudo na escala dos municípios, na escala local e na escala das áreas diretamente afetadas. Com isso, é importante observar a diferenciação entre esses conceitos ao longo do texto, tendo em vista que cada área possui definições próprias e quantitativos específicos.

O levantamento a respeito da **Área de Estudo Municipal (AEM)** primou pela busca de dados oficiais, e se pautou em dois grupos principais de fontes de informação. Os dados secundários foram coletados: em instituições governamentais, com destaque para o IBGE e o INEP; em páginas da internet de notícias locais a respeito de temáticas específicas; em páginas de organizações não governamentais independentes, envolvidas nas temáticas de meio ambiente e direitos humanos; em trabalhos acadêmicos, como teses e dissertações a respeito da temática desenvolvida; e em literatura de referência para as temáticas desenvolvidas. Os dados primários foram coletados principalmente nas sedes municipais estudadas, em entrevistas individuais ou em grupo, com aplicação de questionários semiestruturados com representantes do poder público municipal e lideranças locais reconhecidas. Para a **Área de Estudo Local (AEL)** e a **Área Diretamente Afetada (ADA)** foi priorizado o uso de fontes primárias, tomando como referência principal nas localidades visitadas moradores antigos, lideranças formais e informais e agentes de saúde, que demonstram grande conhecimento a respeito dos assuntos tratados por meio de questionário semiestruturado. Os dados primários foram complementados com dados secundários disponíveis, com destaque para o INEP, trabalhos acadêmicos, e organizações não governamentais independentes.

2.2.4.4.2.1 - Educação

No item **2.2.4.4.2.1 - Educação** são desenvolvidas considerações a respeito de 03 (três) escalas de estudo. Na Área de Estudo Municipal (AEM), que abrange a totalidade dos municípios atravessados pelo empreendimento, são descritos os estabelecimentos de ensino identificados, os índices municipais de escolaridade e as atividades extracurriculares de educação ambiental identificadas em

escolas municipais. Na Área de Estudo Local (AEL) são apresentadas informações a respeito das ações de educação ambiental identificadas nas localidades estudadas e as potencialidades socioambientais apontadas para as regiões mais próximas ao empreendimento. Finalmente, na Área Diretamente Afetada (ADA) da LT serão apresentadas informações a respeito dos estabelecimentos de ensino encontrados e do índice de escolaridade declarado pelos moradores locais.

Área de Estudo Municipal (AEM)

2.2.4.4.2.1.1.1 - Estabelecimentos de Ensino na Área de Estudo Municipal (AEM)

O **Quadro 2.2.4.4.2-1** - apresenta os recursos físicos do sistema educacional e o nível das turmas ofertadas nos municípios da AEM, além do número de instituições de nível superior. Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresentam o número de turmas disponíveis nas escolas em atividade nos municípios de acordo com o nível de ensino, logo, uma mesma escola pode oferecer diferentes turmas de distintos níveis de ensino. Enquanto que os dados do Sistema e-MEC englobam uma variedade de cursos, portanto, fez-se necessário selecionar o número de instituições de ensino superior existentes em cada município ao invés de apresentar a série de cursos ofertados por elas.

As informações do INEP indicam que a maior oferta de turmas concentra-se nos níveis fundamental, infantil e Educação de Jovens e Adultos (EJA) Fundamental. Xique-xique (BA), Barra (BA) e Itaguaçu da Bahia (BA) são os municípios que mais concentram turmas nas escolas da AEM, enquanto Riacho Frio (PI), Júlio Borges (PI), Várzea Nova (BA) e Cafarnaum (BA) são os municípios que contam com menor número de turmas escolares.

O ponto comum entre todos os municípios da AEM é a predominância de turmas voltadas para a educação infantil e fundamental. A disponibilidade de turmas de ensino médio é restrita, apesar de existir ao menos 01 (uma) turma de ensino médio em cada município da AEM. Da mesma forma, é inexpressiva—a presença de universidades na AEM. Apenas 10 (dez) municípios da AEM dispõem de ao menos uma universidade em seus territórios.

Essa configuração na AEM aponta para dificuldade de desenvolvimento escolar pleno da população, tendo em vista a baixa disponibilidade de turmas de ensino médio e superior nos municípios.

Quadro 2.2.4.4.2-1 - Número de turmas por nível de ensino e de instituições de nível superior

Município	Educação Infantil	Fundamental	Médio	EJA/ Fundamental	EJA/Médio	Profissionalizante	Total de turmas por nível	Superior*
Gilbués (PI)	9	46	2	4	2	0	63	3
Monte Alegre do Piauí (PI)	25	25	2	11	1	0	64	0
Riacho Frio (PI)	9	14	1	1	0	0	25	0
Parnaíba (PI)	19	25	2	1	1	0	48	0
Júlio Borges (PI)	14	14	1	1	1	0	31	0
Buritirama (BA)	21	25	1	2	1	0	61	0
Barra (BA)	74	74	5	15	2	1	189	3
Xique-Xique (BA)	105	126	5	45	5	1	287	5
Gentio do Ouro (BA)	43	52	1	4	1	0	101	0
Ipupiara (BA)	25	27	2	1	2	0	58	2
Brotas de Macaúbas (BA)	36	38	1	3	1	0	79	2
Itaguaçu da Bahia (BA)	56	64	1	5	2	0	128	0
Central (BA)	27	26	4	21	1	0	81	2
Jussara (BA)	23	22	1	9	1	0	65	1
São Gabriel (BA)	22	28	1	1	1	0	71	1
Morro do Chapéu (BA)	32	50	5	4	2	1	100	3
Ourolândia (BA)	19	22	1	6	1	0	49	1
Várzea Nova (BA)	8	10	1	4	0	0	27	1
João Dourado (BA)	16	17	1	7	1	0	46	2
América Dourada (BA)	15	20	1	9	0	0	48	0
Cafarnaum (BA)	12	17	1	4	0	0	35	0
AEM	610	742	40	158	26	3	1656	26

*Número de instituições. Fonte: Data Escola e Sistema e-MEC, 2015.

Coordenador:

Técnico:

Complementar às informações anteriores, o **Quadro 2.2.4.4.2-2** apresenta o número total de estabelecimentos educacionais segundo sua esfera administrativa. Neste Quadro, os dados referem-se às instituições de educação básica presentes nos municípios, e não mais sobre as turmas disponíveis em cada uma delas. A partir dos dados do INEP verifica-se a maior participação municipal na oferta de escolas, seguida pelas esferas estadual e privada, mas não na mesma proporção que a primeira. Como os municípios são responsáveis por ofertar os níveis de educação infantil e fundamental, essas turmas são as mais numerosas na AEM. Por outro lado, os estados¹, também, tem responsabilidade sobre os níveis fundamental e médio, entretanto, este último nível é pouco expressivo nas escolas dos municípios da AEM, e a participação Federal é praticamente nula. Xique-xique (BA) é o município que mais se destaca quanto ao número de estabelecimentos de ensino, em relação a toda AEM.

Quadro 2.2.4.4.2-2 - Número de estabelecimentos segundo sua esfera administrativa

Município	Público			Privado	Total
	Municipal	Estadual	Federal		
Gilbués (PI)	46	4	1	1	52
Monte Alegre do Piauí (PI)	25	3	0	1	29
Riacho Frio	16	1	0	0	17
Parnaguá (PI)	24	2	0	1	27
Júlio Borges (PI)	16	1	0	0	17
Buritirama (BA)	25	2	0	1	28
Barra (BA)	83	6	1	3	93
Xique-Xique (BA)	135	3	0	7	145
Gentio do Ouro (BA)	56	1	0	0	57
Ipupiara (BA)	27	3	1	0	31
Brotas de Macaúbas (BA)	40	1	0	2	43
Itaguaçu da Bahia (BA)	71	1	0	0	72
Central (BA)	32	2	0	4	38
Jussara (BA)	31	2	0	1	34
São Gabriel (BA)	26	2	0	3	31
Morro do Chapéu (BA)	46	5	0	8	59
Ourolândia (BA)	24	2	0	1	27
Várzea Nova (BA)	11	1	0	3	15
João Dourado (BA)	19	2	0	3	24
América Dourada (BA)	30	1	0	0	31
Cafarnaum (BA)	17	1	0	2	20
AEM	800	46	3	41	890

Fonte: Data Escola e Sistema e-MEC, 2015.

1 <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/mo.pdf>

2.2.4.4.2.1.1.2 - Índice de Escolaridade na Área de Estudo Municipal (AEM)

Para analisar o nível de escolaridade da população da AEM foram levantados dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre taxa de alfabetização das pessoas de 05 (cinco) anos ou mais de idade e o nível de instrução das pessoas de dez anos ou mais de idade.

O **Quadro 2.2.4.4.2-3** - informa a taxa de alfabetização das pessoas de 05 (cinco) anos ou mais residentes nos municípios, e também traz dados da microrregião na qual os municípios estão inseridos, para fins de comparação. Para melhor visualização dos dados, a **Figura 2.2.4.4.2-1** apresenta em ordem decrescente as taxas de alfabetização dos municípios da AEM, e a **Figura 2.2.4.4.2-2** apresenta as microrregiões.

De acordo com os dados do IBGE, a AEM apresenta 76% da sua população alfabetizada. Apesar de alcançar significativo percentual, ainda existem mais de 20% da população que não sabe ler e escrever. Conforme exposto na **Figura 2.2.4.4.2-1** e **Figura 2.2.4.4.2-2**, Ipujiara (BA), São Gabriel (BA), João Dourado (BA) e Central (BA) são os municípios que alcançaram maior taxa de alfabetização da população, tal como a microrregião da qual os três últimos fazem parte - Irecê. A microrregião Irecê é a que se destaca entre as demais, com maior taxa de alfabetização (80,5%). Em contraste, América Dourada (BA), Parnaguá (PI) e Itaguaçu da Bahia (BA) apresentaram as menores taxas da AEM. Assim como no município de Itaguaçu da Bahia (BA), a sua microrregião (Barra) também aparece com a menor taxa de alfabetização dentre as demais (74%). A taxa de alfabetização entre os municípios da AEM varia entre 72 a 84,5%, e a das microrregiões varia entre 74 e 80,5%.

Apesar do ranking produzido entre os municípios da AEM, é relevante destacar a existência de significativa parcela da população que não tem acesso ao ensino, uma vez que são consideradas analfabetas.

Quadro 2.2.4.4.2-3 - Taxa de Alfabetização das Pessoas de 5 anos ou mais (%)

Microrregiões e Municípios	Taxa de alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais (%)
Microrregião Alto Médio Gurguéia – PI	75,37
Gilbués – PI	74,1
Monte Alegre do Piauí – PI	74,39
Microrregião Chapadas do Extremo Sul Piauiense – PI	76,16
Riacho Frio – PI	78,52
Parnaguá – PI	71,72
Júlio Borges – PI	78,24

Microrregiões e Municípios	Taxa de alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais (%)
Microrregião Barra – BA	74,84
Buritirama – BA	72,31
Barra – BA	73,89
Xique-Xique – BA	76,16
Itaguaçu da Bahia – BA	70,59
Microrregião Irecê – BA	80,52
Gentio do Ouro – BA	74,48
Central – BA	79,66
Jussara – BA	74,3
São Gabriel – BA	81,35
João Dourado – BA	79,74
América Dourada – BA	71,91
Cafarnaum – BA	78,08
Microrregião Boquira – BA	75,81
Brotas de Macaúbas – BA	77,2
Ipupiara – BA	84,51
Microrregião Jacobina – BA	77,75
Morro do Chapéu – BA	77,23
Ourolândia – BA	72,72
Várzea Nova – BA	77,96
Total AEM	76

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

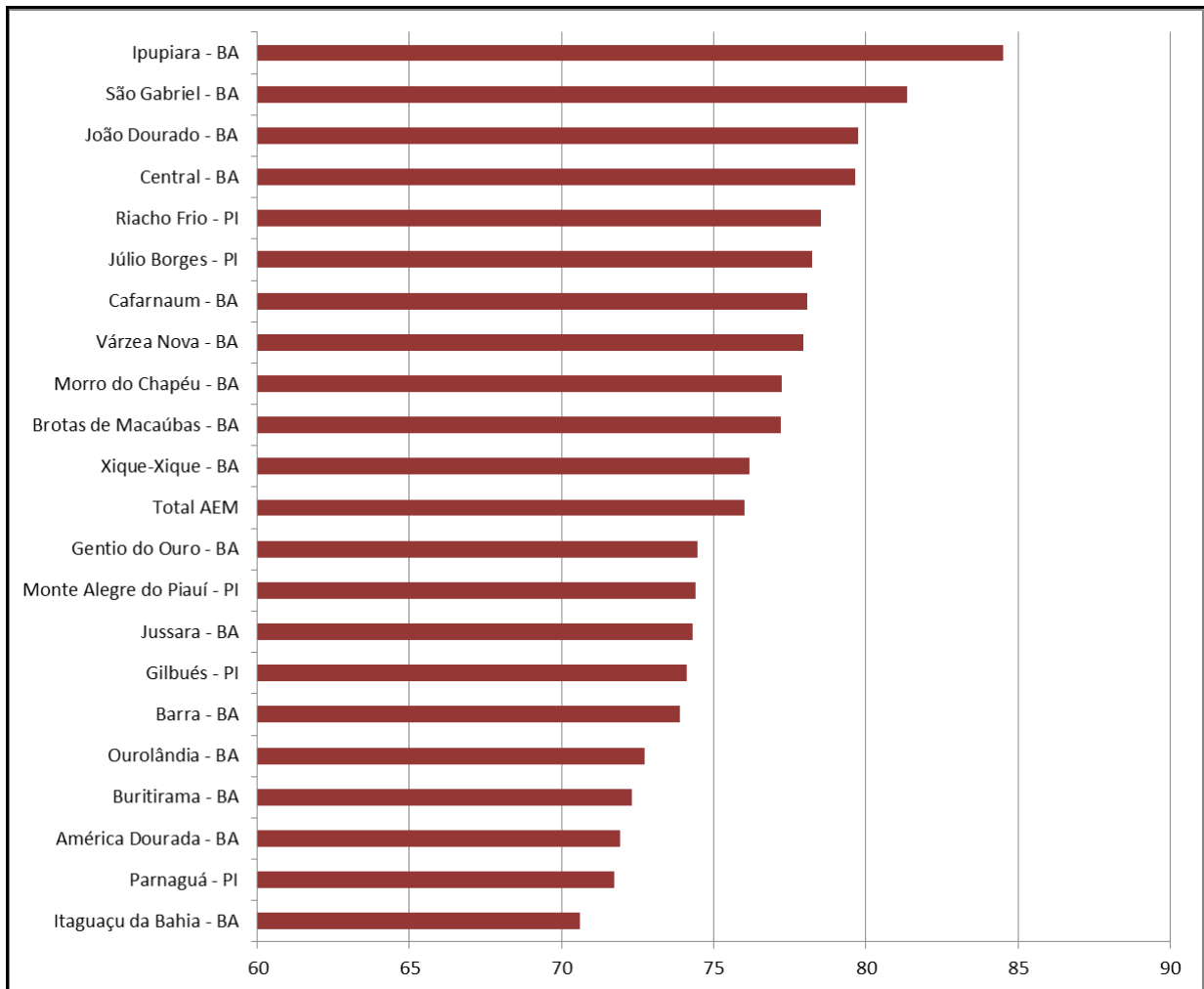


Figura 2.2.4.4.2-1 - Ranking da taxa de alfabetização entre os municípios da Área de Estudo Municipal (AEM) (%).

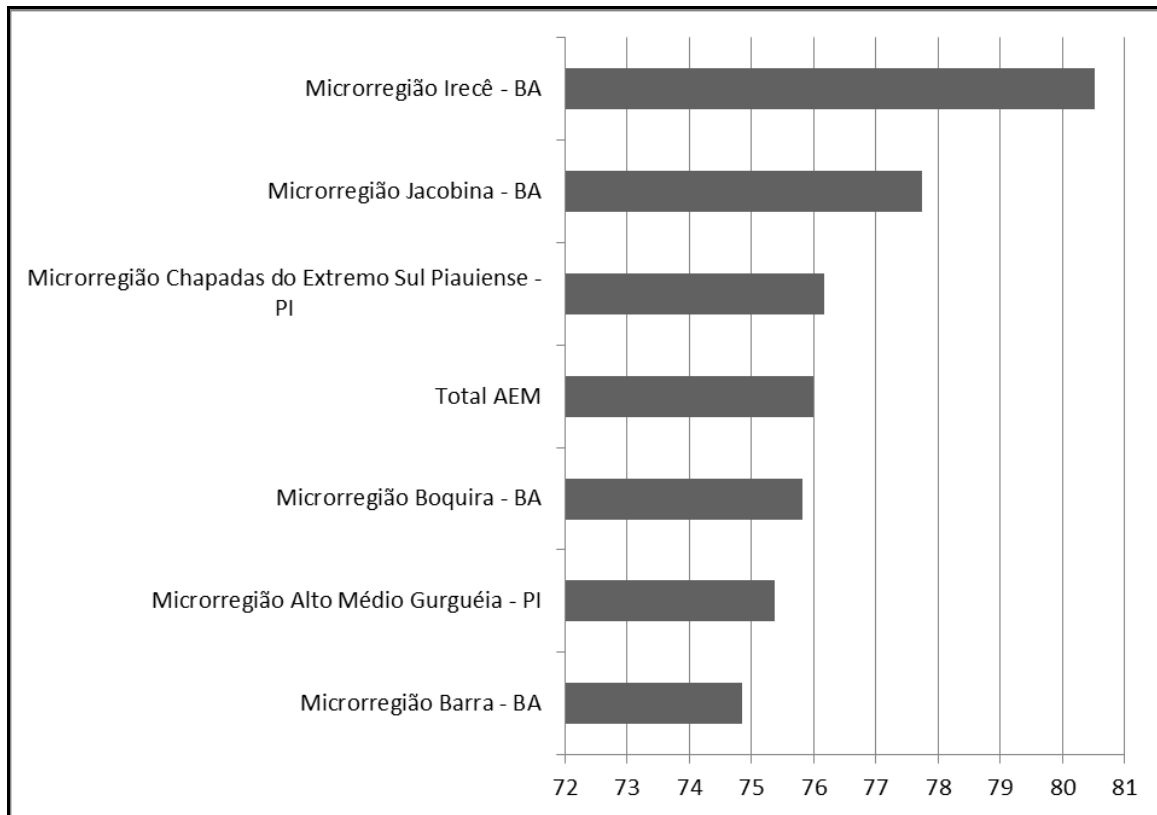


Figura 2.2.4.4.2 - Ranking da taxa de alfabetização entre as microrregiões que compreendem os municípios da Área de Estudo Municipal (AEM) (%).

O **Quadro 2.2.4.4.2-4** - apresenta o número de pessoas de 10 anos ou mais segundo seu nível de instrução. Os dados do IBGE indicam que a maior parcela da população, tanto das microrregiões, quanto dos municípios da AEM não tem instrução (71% da população com 10 anos de idade ou mais não tem fundamental completo).

Os municípios que mais apresentam pessoas de 10 anos ou mais sem instrução ou com fundamental incompleto são, em ordem decrescente, Gentio de Ouro (BA), Gilbués (PI), Ourolândia (BA), Várzea Nova (BA) e Brotas de Macaúbas (BA). A microrregião Boquira (BA), que compreende o município Brotas de Macaúbas (BA), é a que compreende maior número de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto, assim como a microrregião Barra (BA).

Os municípios da AEM que registram menos pessoas nesta categoria supracitada são Central (BA), São Gabriel (BA), Xique-xique (BA) e Júlio Borges (PI) – que são os mesmos que apresentaram maior taxa de alfabetização (conforme a **Figura 2.2.4.4.2-1**). Tal como os primeiros municípios destacados, a

microrregião da qual fazem parte – Irecê – é a que apresenta menor número de pessoas de 10 anos ou mais sem instrução, seguida pela microrregião Chapadas do Extremo Sul Piauiense (PI).

Quanto aos demais níveis de instrução, o número de pessoas de 10 anos ou mais que se enquadram nestes níveis é significativamente menor. A AEM apresenta 13% da população total com fundamental completo e médio incompleto, 12% da população total com médio completo e superior incompleto, e 1,7% da população total com superior completo. Logo, conforme o nível de escolaridade é alto, menor o número de pessoas. A tendência da AEM consiste numa média e, por isso, todos os municípios apresentam números similares.

Para melhor ilustrar o tamanho da população que não tem acesso à educação nos municípios e nas suas respectivas microrregiões foi elaborada a **Figura 2.2.4.4.2-3**.

Quadro 2.2.4.4.2-4 - Nível de instrução da população de 10 anos ou mais

Microrregiões e Municípios	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Microrregião Alto Médio Gurguéia - PI	70.633	48.743	9.821	8.998	2.845	225
Gilbués - PI	8.356	6.252	1.100	678	315	11
Monte Alegre do Piauí - PI	8.252	5.865	1.174	959	250	4
Microrregião Chapadas do Extremo Sul Piauiense - PI	66.221	45.399	9.435	8.350	2.796	241
Riacho Frio - PI	3.351	2.414	535	295	89	18
Parnaguá - PI	8.118	5.820	1.222	801	230	45
Júlio Borges - PI	4.359	2.971	713	529	143	3
Microrregião Barra - BA	137.931	96.828	19.721	18.337	2.462	582
Buritirama - BA	15.865	11.421	2.251	1.822	258	114
Barra - BA	38.842	27.953	5.818	4.536	474	60
Xique-Xique - BA	36.627	24.912	5.463	5.197	840	214
Itaguaçu da Bahia - BA	10.642	8.164	1.305	1.072	88	13
Microrregião Irecê - BA	306.498	203.166	45.181	50.599	6.030	1.522
Gentio do Ouro - BA	8.833	6.640	1.028	1.103	36	25
Central - BA	13.995	9.256	1.866	2.586	263	25
Jussara - BA	12.144	8.763	1.715	1.561	71	34
São Gabriel - BA	15.073	10.133	2.070	2.500	242	128
João Dourado - BA	18.135	12.460	2.791	2.433	285	167
América Dourada - BA	12.809	9.443	1.718	1.353	163	132
Cafarnaum - BA	14.046	10.084	1.756	2.074	133	-
Microrregião Boquira - BA	157.858	114.562	20.124	20.037	2.560	576
Brotas de Macaúbas - BA	8.933	6.634	1.106	1.073	120	-

Microrregiões e Municípios	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Ipupiara - BA	7.910	5.643	1.104	980	162	22
Microrregião Jacobina - BA	270.767	189.070	35.299	39.776	5.681	942
Morro do Chapéu - BA	28.587	20.555	3.614	3.702	600	116
Ourolândia - BA	13.237	9.871	1.573	1.395	203	194
Várzea Nova - BA	10.934	8.133	1.193	1.323	245	39
Total AEM	299.048	213.387	41.115	37.972	5.210	1.364

Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010.

Em virtude do número irrisório de pessoas que se encontravam na categoria “Não determinado”, foram selecionadas as demais categorias para melhor demonstrar as proporções mais significativas. Assim, a **Figura 2.2.4.4.2-3** contribui para a visualização da distribuição da população de acordo com seu nível de instrução, e deixa evidente o restrito número das pessoas que alcançam os níveis fundamental ou médio completos, aquele ainda maior que este, nos municípios piauienses, principalmente. E o limitado número das pessoas que completa o ensino superior.

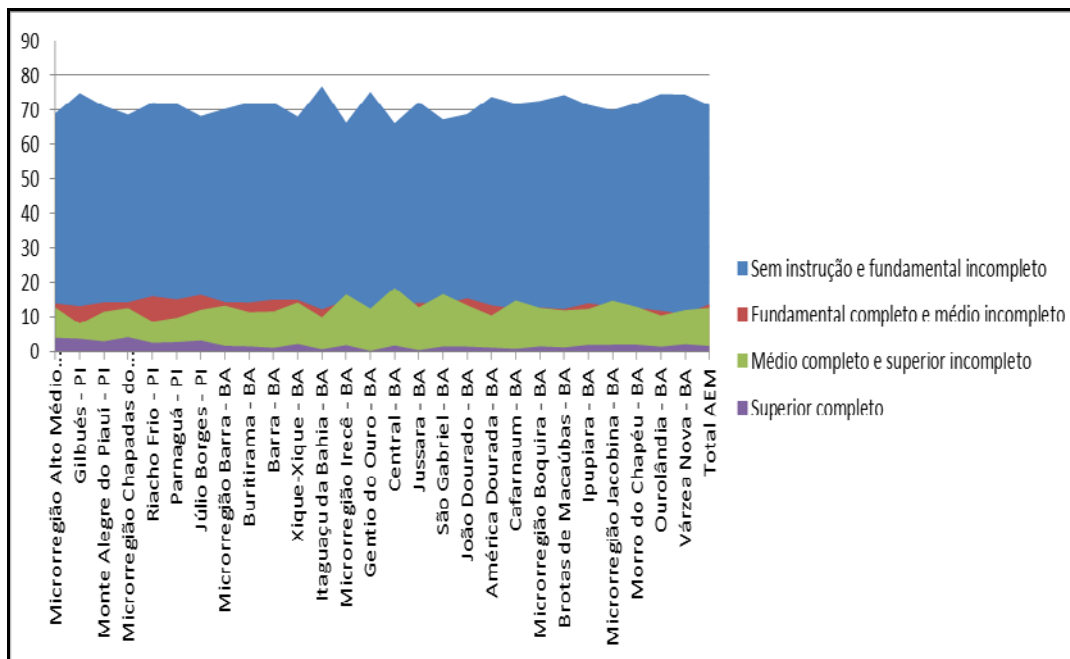
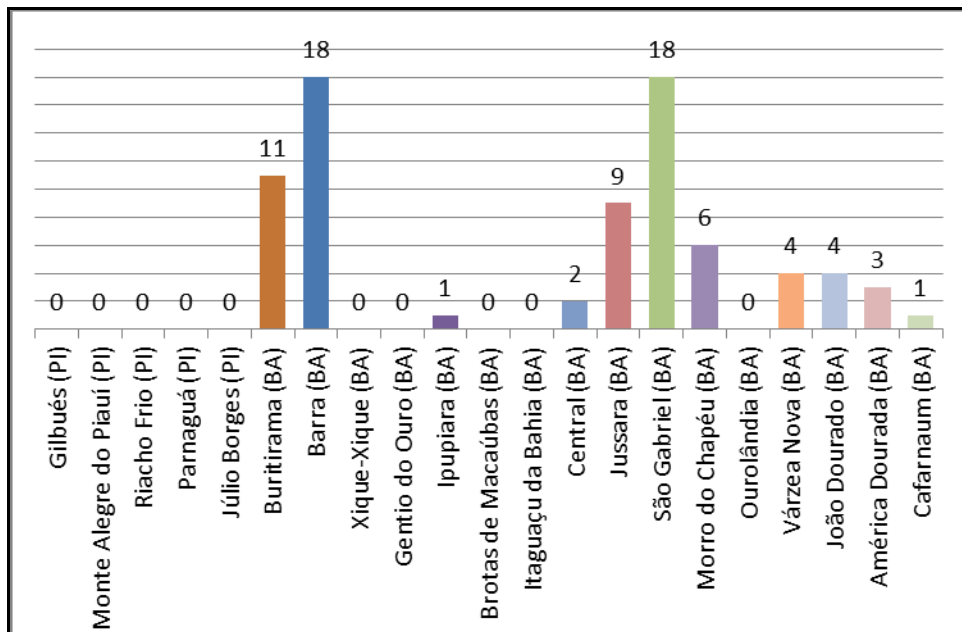


Figura 2.2.4.4.2-3 - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais segundo o nível de instrução

2.2.4.4.2.1.1.3 - Ações de Educação Ambiental realizadas na Área de Estudo Municipal (AEM)

Para o levantamento das ações de Educação Ambiental realizadas e/ou em andamento na região foram entrevistados pela equipe de campo, representantes do Poder Público municipal. Tais informações foram complementadas por dados disponíveis na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A partir dos dados do Data Escola, base de dados do INEP, identificou-se a realização de atividades complementares de Educação Ambiental nos estabelecimentos de ensino da AEM. Foi possível destacar que o número de escolas que tratam da temática da educação ambiental em atividades complementares supera o de turmas de ensino médio. Evidencia-se, dessa forma, que a atividade é desenvolvida de maneira significativa nos municípios da AEM, exceto nos municípios piauienses. Os municípios que mais apresentam turmas de educação ambiental são Barra (BA) e São Gabriel (BA), com 18 escolas que promovem ações de educação ambiental cada, conforme **Figura 2.2.4.4.2-4**.



Fonte: Data Escola, INEP, 2015.

Figura 2.2.4.4.2-4 - Quantidade de escolas com educação ambiental na Área de Estudo Municipal (AEM)

Tais dados representam as informações fornecidas pelas escolas municipais no ato do cadastramento na base do Data Escola. Dados sobre o tratamento da Educação Ambiental na grade curricular obrigatória, dentro do horário regular de ensino, não são incorporadas. Dessa forma, as entrevistas com o Poder Público municipal detalham, também, ações do município que dentro do currículo regular

e atividades que não foram enquadradas como atividade complementar no Data Escola. Os resultados estão apresentados a seguir, conforme a ordem seguindo o traçado do empreendimento.

Município de Gilbués (PI)

De acordo com o Secretário de Educação do município, nas 45 escolas em funcionamento na rede municipal de ensino, a Educação Ambiental é trabalhada de forma transversal, buscando discutir a questão ambiental em todas as disciplinas, em especial, em Ciências. As datas comemorativas do meio ambiente são aproveitadas para promoção de atividades que visem à conscientização dos alunos em relação aos cuidados e necessidade de preservação do ambiente. Nesse sentido, são promovidas feiras, palestras e exposições nas escolas com temas que estejam próximos à realidade dos alunos.

Na semana de meio ambiente todas as séries do ensino fundamental e médio nas escolas de Gilbués trabalham com esta temática. São aulas teóricas e visitas de campo tratando, principalmente, da exploração do cerrado e do processo de desertificação em curso na região, além de palestras e apresentação de trabalhos de grupo pelos alunos.

Município de Monte Alegre do Piauí (PI)

Durante o levantamento de campo realizado em Monte Alegre do Piauí, foi relatado que a Secretaria de Educação é a única entidade que trata diretamente das questões ambientais do município a partir de ações nas escolas. Ainda assim, há uma grande carência de instituições e iniciativas ligadas à questão ambiental.

Além disso, fora da semana do meio ambiente, são tratados no dia a dia escolar, em diversas disciplinas, temas como queimadas e a seca nos rios que são recorrentes na realidade do município. Em 2014, foi realizada, ainda, uma gincana cultural voltada para a temática de Meio Ambiente.

Município de Riacho Frio (PI)

De acordo com o relato de gestores públicos entrevistados em Riacho Frio, oficialmente a Educação Ambiental não foi inserida na grade curricular das escolas da rede municipal. Existem, entretanto, iniciativas como as ações do Programa Saúde na Escola, em parceria com a Secretaria de Saúde, que desenvolve atividades em datas comemorativas do meio ambiente, como no Dia Mundial da Água, por exemplo, quando são realizadas programações de conscientização para o uso sustentável da água, ações informativas de esclarecimentos sobre os riscos das queimadas ou para preservação do leito do rio, dentre outras.

Recentemente, as escolas do município organizaram a Caminhada pela Preservação, com apoio da Secretaria de Educação, visando conscientizar a população sobre os prejuízos causados pela retirada excessiva de areia do leito do rio.

Município de Parnaguá (PI)

Os gestores municipais entrevistados a respeito das atividades de Educação Ambiental realizadas em Parnaguá informaram que, em 2003, foi realizado um Curso de Controle de Queimadas ministrado pelo IBAMA. Em 2014, aconteceu o II Seminário de Revitalização da Lagoa de Parnaguá e da Microbacia do Rio Paraim, evento com participação de Codevasf, IBAMA e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (SEMAR).

Foram, também, citadas excursões técnicas para visita aos sítios arqueológicos do município com alunos do ensino médio e ações realizadas em parceria entre as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Educação, com plantio de árvores e distribuição de material educativo nas escolas e nas comunidades.

Município de Júlio Borges (PI)

Júlio Borges foi o município pesquisado com o menor nível de envolvimento na temática da Educação Ambiental. De acordo com os gestores municipais entrevistados, não há um programa específico para Educação Ambiental no município, apenas, o conteúdo escolar regular.

Município de Buritirama (BA)

Com 25 unidades de ensino, sendo 18 na zona rural e 07 na sede municipal, Buritirama oferece desde 2007 a disciplina Educação Ambiental nas séries finais do Ensino Fundamental II – do 6º ao 9º anos. Os temas ambientais, também, foram inseridos nas atividades do Programa Mais Educação, oferecido no contraturno (o turno em que não são oferecidas aulas regulares) das unidades escolares, por intermédio da Com-Vida (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola).

A Comissão tem como proposta a discussão de vários temas ambientais voltados para a realidade dos alunos, em especial nas escolas da zona rural. Dentre as iniciativas da Com-Vida, foi implantado o Projeto Cultura Viva, que prevê a utilização de plantas características da região para arborização das unidades. O Projeto beneficia todas as unidades da zona rural com arborização do entorno das quadras poliesportivas.

Além disso, a partir de 2009, as escolas passaram a desenvolver com maior ênfase projetos voltados para as questões ambientais, com temas como sustentabilidade, consumo racional da água, cuidados com o solo dentre outros, assumindo como principal foco das escolas da zona rural o meio ambiente. Nesse escopo, várias escolas da zona rural passaram por reformas de estrutura voltadas para a sustentabilidade, incluindo troca de torneiras, implantação de sistema de reutilização de água, através de processo de filtragem, em hortas e jardins. Apesar do déficit hídrico da região, os gestores garantem que estas iniciativas estão dando resultado e toda água que é consumida nas escolas está sendo reutilizada.

Município de Barra (BA)

Em termos de Educação Ambiental, gestores municipais informaram que a rede municipal tem implantada a disciplina Estudos Regionais, com conteúdo voltado para o meio ambiente e foco no estudo da conservação do bioma local e regional. Na avaliação dos gestores da educação no município, não é o ideal, mas já é um começo.

De uma maneira geral, as escolas mantêm no calendário anual atividades relacionadas às datas comemorativas do meio ambiente, promovendo ações como o Mutirão da Limpeza do Meio Ambiente e a Campanha pela Arborização das Unidades, que envolvem a comunidade escolar. Essas atividades não são realizadas em todas as escolas, mas a adesão tem sido grande, de acordo com a avaliação dos gestores. O Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) realiza anualmente uma exposição sobre o meio ambiente na praça da cidade.

Município de Xique-Xique (BA)

A Educação Ambiental nas escolas da rede pública municipal é tratada de forma transversal. Os temas ligados ao meio ambiente permeiam as diferentes disciplinas, buscando fortalecer o debate e fixar conceitos que visem à sustentabilidade. A Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, realiza nas escolas a Jornada Pedagógica, buscando a reflexão sobre as questões ambientais no universo escolar. Entre as ações já realizadas, pode ser citada a Campanha Vire Carranca – manifestação em defesa do rio São Francisco, organizada durante a Semana do Meio Ambiente, com boa receptividade da população.

Nos últimos quatro anos, o avanço significativo na questão ambiental no município de Xique-Xique foi motivado pela criação dos cursos de Engenharia de Pesca e Engenharia Sanitária Ambiental, oferecidos no campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e a conversão de uma das escolas de ensino

médio no Centro Estadual de Educação Profissional do Centro Baiano (CEEPCB), com oferta de cursos técnicos de Agropecuária, Pesca, Agroecologia, Meio Ambiente e Agroextrativismo.

Município de Gentio do Ouro (BA)

Em Gentio do Ouro foram citadas duas iniciativas de atividades de Educação Ambiental. A primeira delas é uma parceria entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Saúde para o plantio de mudas nas comunidades, com mutirões de reflorestamento quando acontecem queimadas. Outra iniciativa de Educação Ambiental nas escolas é realizada em parceria com o Instituto Brasil Solidário (IBS), uma ONG de São Paulo que realiza atividades de Educação Ambiental voltadas para reciclagem de materiais e cursos de artes e temáticas relacionadas ao meio ambiente.

Município de Ipujiara (BA)

Entre as atividades de Educação Ambiental realizadas no município, destacam-se as seguintes:

- Conferência Municipal de Meio Ambiente, realizada a cada dois anos com alunos do Ensino Fundamental II;
- Trabalho com as temáticas de Meio Ambiente em todas as turmas do Ensino Fundamental;
- Semana de Meio Ambiente realizada anualmente;
- Atividades de campo mensais.

Município de Brotas de Macaúbas (BA)

De acordo com o relato dos gestores municipais de Brotas de Macaúbas, desde 2013, a Educação Ambiental faz parte da grade curricular em todas as unidades municipais de ensino, quando a disciplina Cidadania foi criada para trabalhar em salas de aula os temas voltados para o meio ambiente e cidadania.

A Educação Ambiental, também, é trabalhada nas escolas do município de forma transversal, uma exigência do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) assinado pela Prefeitura com o Ministério Público. Dentre as atividades previstas no calendário escolar pode-se citar as comemorações da Semana do Meio Ambiente, com propostas de mudar hábitos simples que fazem diferença no cotidiano da escola e que são reproduzidos fora dela.

Os temas ambientais, também, são abordados nas escolas em parceria da Secretaria de Meio Ambiente com a Secretaria de Educação, com o objetivo de estabelecer uma nova postura da população em relação à produção e descarte do lixo, visando à implantação do aterro sanitário que se encontra em processo de viabilização.

Em Brotas de Macaúbas funciona a regional da Escola Familiar Agrícola, mantida por 04 (quatro) municípios – Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, Ipupiara e Morpará – por intermédio de doações. A instituição recebe jovens da zona rural, em regime de internato, com 15 dias de aulas teóricas e 15 de aulas práticas, sobre técnicas voltadas para a sustentabilidade no campo que poderão ser aplicadas em seus municípios, buscando melhores formas de convivência com o semiárido.

Município de Itaguaçu da Bahia (BA)

Não foram relatadas atividades relacionadas à Educação Ambiental em Itaguaçu da Bahia. As razões apontadas pelo gestor municipal estariam ligadas ao fato do município ser ainda jovem – pertencia ao município de Xique-Xique até a emancipação em 24 de fevereiro de 1989 – e pela falta de conscientização da maior parte da população em relação à necessidade de conservação e preservação do meio ambiente. Na avaliação do gestor, a população de Itaguaçu da Bahia desconhece o tema meio ambiente, e o termo Educação Ambiental encontra muitas resistências, em especial entre os produtores rurais mais velhos, que são maioria.

Município de Central (BA)

De acordo com gestores municipais, em Central, são realizadas anualmente gincanas ambientais para o público escolar. As escolas do município trabalham de forma interdisciplinar com as temáticas de Meio Ambiente realizando exposições, feiras e atividades durante a Semana do Meio Ambiente. Está previsto para o segundo semestre de 2015 a formação de professores do ensino fundamental I e II da rede municipal, com foco na Educação Ambiental. A previsão é de atender 30 professores, em torno de 10% da rede.

Já foram realizadas atividades de educação ambiental nos povoados de Riacho Largo, Maxixe e Pau D'Arco, fora da Área de Estudo Local (AEL), com a participação de funcionários da prefeitura e voluntários para recolher lixo e marcar trilhas em uma fonte de água utilizada pela população.

Município de Jussara (BA)

Em Jussara, segundo representantes do Poder Público local, houve uma mobilização da população para seleção e separação do lixo no primeiro semestre de 2015, incluindo campanhas educativas conduzidas pela Prefeitura em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do estado da Bahia, motivadas pela instalação de um aterro sanitário em consórcio com municípios vizinhos.

Nessa ocasião foram mobilizados estudantes, catadores de lixo e população em geral para palestras e capacitação em parceria com o SENAI. Houve demora no início da operação do aterro, que permanece fechado até o período dos levantamentos de campo (Setembro/2015), e essa mobilização se perdeu.

Atualmente, encontra-se em curso no município, a iniciativa Leitura Ambiental, projeto conduzido pela Secretaria Municipal de Educação. Consiste na leitura de um livro que tenha relação com as temáticas de meio ambiente, como os problemas sociais das áreas urbanas, preservação ambiental dentre outros. O projeto tem duração de um bimestre e alcança todas as séries do ensino fundamental. Houve, também, as Gincanas do Meio Ambiente, que ocorreram nos 02 (dois) últimos anos, sendo que o projeto não foi levado adiante. Nessa ocasião um Desfile Ambiental serviu para mostrar o trabalho realizado na gincana.

Município de São Gabriel (BA)

A Educação Ambiental é um tema que se destaca nas políticas da Secretaria de Meio Ambiente do município, por intermédio de várias ações e parcerias.

Os conteúdos e atividades ligados à Educação Ambiental em São Gabriel estão descritos no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas municipais, representando um viés importante das políticas educacionais do município. Há uma parceria nesta política entre a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Educação que conta com um coordenador de Educação Ambiental em sua estrutura, atuando no incentivo para que cada escola elabore seu Plano de Educação Ambiental.

Durante o levantamento foi informado à equipe de campo que estava prevista para o segundo semestre de 2015 a realização de uma Conferência de Educação Ambiental, para que as escolas apresentassem os resultados das ações implantadas. Foi citado, também, o incentivo à implantação de miniveleiros de mudas nas escolas, com o objetivo de reflorestar as áreas do entorno com espécies da caatinga. No Povoado de Besouro esta iniciativa encontra-se em andamento.

Está sendo executado pela Secretaria de Meio Ambiente um projeto de educação para higiene nas cisternas implantadas pelo Programa Federal Água para Todos, visando manter a qualidade da água. A Secretaria de Meio Ambiente está buscando uma parceria com a comunicação institucional do município, para elaboração de material gráfico para campanha de conscientização para destinação do esgoto.

A coleta seletiva do lixo é outro tema a ser abordado por campanha da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, assim que se estabelecer essa modalidade de destinação de resíduos. A Secretaria busca parceria junto ao comércio local para implantação de galpão para manejo do material reciclável.

Município de Morro do Chapéu (BA)

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) de Morro do Chapéu realizou, em 2014, o 1º Fórum de Meio Ambiente com o objetivo de discutir com a população as questões relevantes para a preservação ambiental do município. Como resultado, desenvolve o Projeto Núcleos de Gestão Ambiental, inicialmente implantado na comunidade Alto da Chapada, ainda em 2014. O Projeto está previsto para abranger todos os bairros da área urbana da cidade e povoados da área rural, e visa ações participativas da comunidade. O objetivo é incentivar os moradores a serem os próprios fiscais das ações ambientais nos bairros e povoados. Durante o levantamento de campo, o projeto estava em discussão com os moradores do Balneário do Tareco.

O Projeto Cidade Limpa, iniciado em 2015 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visa orientar a população a fazer o descarte correto dos resíduos sólidos, de forma participativa, a partir da separação dos resíduos domésticos nos lares, facilitando a posterior implantação da coleta seletiva. A Secretaria, também, promoveu reuniões com a população local, inclusive com as famílias residentes nas proximidades do lixão, com o objetivo de conscientizar a população da necessidade da mudança de hábitos e postura em relação à produção e descarte dos resíduos sólidos, visando o futuro encerramento do lixão e implantação de um aterro controlado.

Município de Orolândia (BA)

Em Orolândia a Educação Ambiental é trabalhada pela Secretária Municipal de Meio Ambiente, mediante a realização de palestras junto às unidades da rede municipal de ensino e no Centro Cultural do município. Foi citado o Programa Rota do Mármore, realizado pela Prefeitura, pela Secretária de Meio Ambiente, com o objetivo de levar as escolas para conhecer a rota do mármore, abordando as questões turísticas e históricas a respeito da extração de mármore e as relações com o meio ambiente.

Município de Várzea Nova (BA)

Em atendimento as diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) o município de Várzea Nova promoveu a inclusão de conteúdos relacionados à Educação Ambiental no currículo das escolas municipais. Segundo informações colhidas em campo, conteúdos sobre o meio ambiente permeiam as disciplinas de todas as séries do Ensino Fundamental de forma transversal.

Município de João Dourado (BA)

As atividades e conteúdos de Educação Ambiental no município têm sido implantados em decorrência de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ambiental assinado pela prefeitura junto ao Ministério Público Federal, em decorrência da destinação inadequada do lixo. Dessa forma, a Educação Ambiental passou a fazer parte da grade curricular de forma transversal, com conteúdos abordados em diversas disciplinas.

Município de América Dourada (BA)

De acordo com as informações levantadas em campo, o município de América Dourada conta com a Agenda Ambiental das Escolas implantada a partir da Conferência Ambiental de Educação, em 2013, que estabeleceu como uma das metas prioritárias a busca pela sustentabilidade das escolas, com instalação de cisternas para captação da água de chuva. Esta iniciativa está voltada para as escolas de Ensino Fundamental II.

A Secretária Municipal de Educação desenvolve o Projeto Escola Verde, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que prevê o plantio de mudas da vegetação nativa da região nas unidades escolares, com instalação de viveiros nas escolas. Individualmente, cada escola da rede municipal realiza regularmente atividades sobre meio ambiente, visando promover ações de conscientização ambiental envolvendo a comunidade escolar, em datas ligadas ao meio ambiente.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente promoveu, durante o período de levantamento de campo, discussões para elaboração de um projeto de implantação de viveiros de mudas municipais, com o objetivo de promover a revegetação no município. Este projeto tem a coordenação da empresa Sustentar, que presta serviços a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Por intermédio do Conselho Municipal de Educação, o município vem estudando propostas de ações no que se refere à produção e destinação dos resíduos sólidos, com o objetivo de conscientizar a

população da necessidade de uma nova postura em relação aos resíduos, visando à implantação da coleta seletiva e a transformação do atual lixão em aterro controlado.

Outra proposta que vem sendo estudada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, é a criação de um parque municipal de lazer na área do Distrito de Prevenido, com o objetivo de preservar as características naturais da região de brejo e despertar na população a consciência de que é preciso cuidar do meio ambiente.

Município de Cafarnaum (BA)

Com apenas iniciativas isoladas de algumas escolas ou professores em sala de aula, os temas ambientais têm aparentemente pouca relevância na estrutura educacional do município, de acordo com as informações colhidas em campo, uma vez que não há programas ou projetos estruturados para atuação na área ambiental.

De acordo com representantes da administração municipal, recentemente a empresa concessionária do parque eólico instalado no município contratou uma empresa de consultoria ambiental para realizar um Programa de Educação Ambiental, com objetivo de trabalhar o potencial do artesanato nas escolas e na zona rural.

Área de Estudo Local (AEL)

2.2.4.4.2.1.1.4 - Ações de Educação Ambiental

O levantamento de campo realizado em 97 localidades na Área de Estudo Local (AEL) identificou apenas 02 (duas) iniciativas de Educação Ambiental que não fazem parte da grade curricular da educação formal, já apontadas no item **2.2.4.4.2.1.1.3** - .

Distrito Itajubaquara – Gentio do Ouro (BA)

Localizado no km 13 da LT 230 kV Gentio do Ouro II – Brotas de Macaúbas, no município baiano de Gentio do Ouro, o Distrito Itajubaquara desde 2014 conta com atividades regulares, no Centro Educacional José Ramalhete, do Instituto Brasil Solidário (IBS), Organização Não-Governamental (ONG), sediada em São Paulo (SP), que implementa na localidade seu Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

De acordo com a página da instituição², o programa “*tem como ponto comum entre suas frentes de trabalho seis áreas temáticas transversais: Educomunicação, Incentivo à Leitura, Educação Ambiental, Arte e Cultura, Saúde e Empreendedorismo*” (IBS, 2015).

Povoado Mangabeira – Brotas de Macaúbas (BA)

A segunda experiência de Educação Ambiental na Área de Estudo Local (AEL) foi identificada no Povoado Mangabeira, em Brotas de Macaúbas (BA), no quilômetro 109 da LT 230 kV Gentio do Ouro II – Brotas de Macaúbas. Em virtude da instalação do Parque Eólico Bahia, a localidades e outros povoados vizinhos vêm recebendo atividades de um Programa de Educação Ambiental, vinculado ao licenciamento ambiental deste empreendimento.

As atividades desenvolvidas pelo Programa relatadas pelos entrevistados englobava uma iniciativa de educação ambiental voltada para os alunos do ensino fundamental nas escolas municipais, palestras sobre meio ambiente e um curso de artesanato em barro, costura e renda como forma de geração de renda, que tem como alvo o público feminino.

2.2.4.4.2.1.1.5 - Potencialidades Socioambientais

O levantamento de Potencialidades Socioambientais na Área de Estudo Local (AEL) foi realizado com base nos dados produzidos pelas entrevistas em campo, no formato de pergunta aberta. Cabe ressaltar, entretanto, uma ponderação sobre o que pode ser percebido como potencialidade pela população local, os principais interessados no desenvolvimento humano do território a ser transformado pela chegada do empreendimento. Uma premissa indispensável é reconhecer que a potencialidade é um conceito estritamente subjetivo. Aquilo que é visto como potencialidade por um indivíduo ou determinado grupo pode não ser reconhecido como tal por outro indivíduo ou grupo.

Dessa forma, o levantamento de potencialidades socioambientais na AEL que é possível no escopo desse diagnóstico socioeconômico reconhece que a listagem apresentada a seguir não deve ser considerada como encerramento da questão, mas como ponto de partida para uma ampla reflexão das temáticas socioambientais postas junto à população, em um processo independente, com seu próprio tempo e com um recorte espacial que se harmonize efetivamente com as práticas e características socioculturais e históricas da população, e não um território definido a partir dos reflexos e interações da instalação de uma Linha de Transmissão.

² Ver <<http://www.brasilsolidario.com.br/o-que-fazemos/programas/programa-de-desenvolvimento-da-educacao-pde/>>.

Tendo em mente o exposto, as potencialidades socioambientais identificadas no levantamento em campo serão apresentadas com base nos relatos de moradores por localidade da AEL, e incorporando as diversas concepções de potencialidades apreendidas nas entrevistas realizadas-

Inicialmente, as potencialidades socioambientais informadas pelos entrevistados, foram tratadas quantitativamente, tendo sido indicadas, em alguns casos, mais de uma opção e, em outros casos, os entrevistados não aportaram nenhuma potencialidade existente em seu município. De um universo de 97 localidades identificadas ao todo na AEL, em 63 localidades da AEL a população não indicou nenhuma potencialidade socioambiental, enquanto em outras 34 a população informou ao todo 86 potencialidades na própria localidade.

Essas potencialidades ofereceram a recorrências de usos de determinados tipos de recursos ou áreas específicas, que foram agrupados em cinco grupos:

- Turismo, que envolve atividades de lazer em áreas de banho e cachoeiras e visitas de locais de beleza cênica;
- Preservação, que envolve a salvaguarda de patrimônios imateriais ou patrimônios históricos e, ainda, de áreas de importância arqueológica e/ou espeleológica, como sítios de pinturas rupestres, por exemplo;
- Tradições, englobando todas as práticas tradicionais locais, como as diferentes formas de artesanato com recursos naturais (palha de carnaúba, óleo de babaçu, barro) e com costumes antigos, como o bordado e, ainda, a valorização de tradições de comunidades tradicionais, como os quilombolas;
- Produção, categoria envolvendo sugestões de projetos voltados para o incremento da produção agropecuária local ou para o desenvolvimento de outras práticas produtivas vistas como potenciais pela população;
- Formação, categoria em que foram citadas experiências e práticas voltadas para o aprendizado dos moradores locais em determinados tópicos específicos, como educação ambiental e experiências no campo das artes.

Dentre essas categorias, predomina a categoria Tradições, que foi citada 20 vezes, especialmente associada ao uso artesanal de palmáceas regionais para a produção de alimentos e diversos outros usos. Com o expressivo número de áreas de pinturas rupestres ou de áreas de cavernas,

respectivamente com registro de dez e seis ocorrências, a categoria Preservação alcança um total de 19 ocorrências e indica o valor de tais áreas na região. Em terceiro lugar, com 11 citações por entrevistas durante o levantamento de campo, estão as categorias Turismo e Produção, apontando vieses de geração de renda com base nos recursos naturais disponíveis, ou na viabilização do acesso a recursos naturais escassos, especialmente a água.

As potencialidades socioambientais mais citadas estão descritas na **Figura 2.2.4.4.2-5**, indicando ainda cada uma das potencialidades e a categoria em que foi citada.

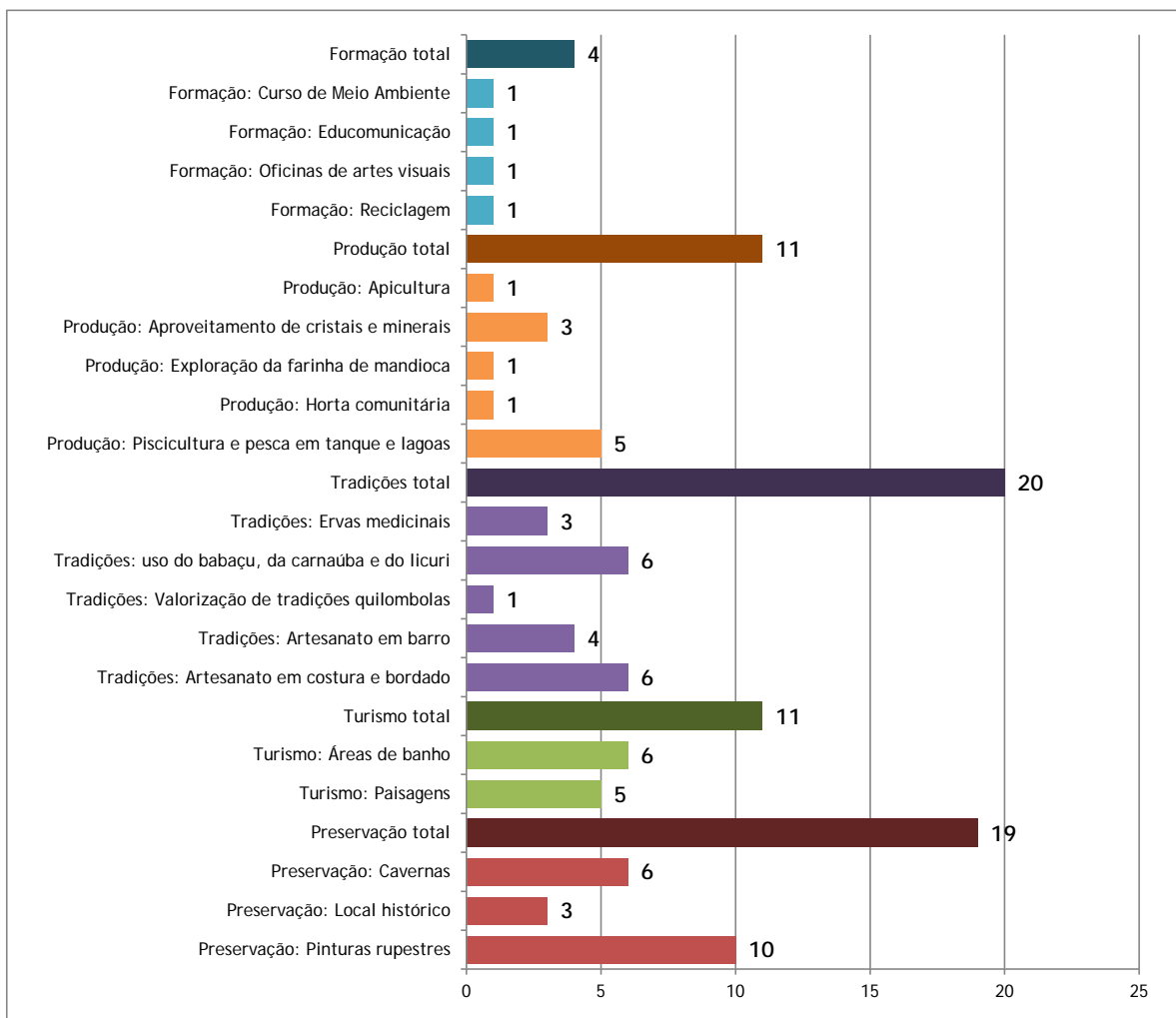


Figura 2.2.4.4.2-5 - Quantitativo de potencialidades socioambientais por categoria na Área de Estudo Local (AEL)

Cabe, ainda, realizar uma aproximação dessas potencialidades quantificadas em uma análise qualitativa por Trechos, de acordo com as localidades visitadas.

Trecho 01 (LT 500 kV Gilbués II – Gentio do Ouro II)

As localidades do Trecho 01 e as potencialidades correspondentes estão apresentadas, conforme descritas nas entrevistas, no **Quadro 2.2.4.4.2-5**.

Quadro 2.2.4.4.2-5 – Potencialidades apontadas por localidade – Trecho 01

UF	Município	Localidade	Potencialidades Socioambientais
PI	Parnaguá	PA Lagoa da Descoberta	Turismo em mirante da Fazenda Lustosa.
PI	Parnaguá	Povoado Malhadinha	Turismo e pesca na Lagoa de Parnaguá.
PI	Parnaguá	Povoado Riacho de Areia	Uso do babaçu na construção civil e outros usos.
PI	Parnaguá	PA Piaçaba	Utilização de carnaúba e babaçu na construção civil, potencial aproveitamento para outros usos.
BA	Buritirama	Povoado Campina Dourada	Área para construção de barragem.
BA	Buritirama	Povoado Poço da Jurema	Área de banho em açude, artesanato com barro no Baixão de Cecílio.
BA	Buritirama	Povoado Sítio Santo Antônio	Povoado possui oficina de artesanato e música, tanque no povoado poderia ser melhor aproveitado para lazer e dessedentação animal.
BA	Buritirama	Povoado Várzea	Barro usado para a confecção de tijolos de adobe artesanal.
BA	Barra	Povoado Grota	Turismo em área de valor paisagístico e gruta, artesanato com palha de carnaúba no Brejo da Estiva.
BA	Barra	Povoado Lagoa da Onça	Potencial para o desenvolvimento da piscicultura e aproveitamento das lagoas temporárias no Rio São Francisco.
BA	Xique-Xique	Povoado Fazenda Santiago	Artesanato com palha de carnaúba e barro, potencial para a piscicultura.

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

No Trecho 01, as potencialidades mais recorrentes são aquelas relativas à categoria Tradições, com 08 (oito) referências, e envolve especialmente o desenvolvimento de artesanato em barro, em quatro citações e, no mesmo número, foi citado pela população o uso de recursos de babaçu e carnaúba, para o desenvolvimento de atividades econômicas, que possuem potencial para a valorização das tradições locais.

Na categoria Produção, foi citado 05 (cinco) vezes sugestões de criação de barragens, açudes e projetos diversos, voltados para a piscicultura. Essa percepção da produção aquícola como potencial para elevar a renda da população está citada em localidades próximas às margens do rio São Francisco, como os povoados Lagoa da Onça, em Barra (BA) e Fazenda Santiago, em Xique-Xique (BA) e, também, no interior do Piauí, como no Povoado Malhadinha, em Parnaguá, que reflete muito mais o

saudosismo da população em relação ao período em que a pesca, que atualmente está praticamente extinta em função da contínua estiagem, era uma atividade econômica regular da população.

O povoado que apresentou o maior número de potencialidades foi Grota, em Barra (BA), que citou a existência de local com beleza cênica, área de grutas, como potenciais para o turismo e, também, o aproveitamento da palha de carnaúba para o artesanato e na construção civil (telhados) no povoado.

O resumo quantitativo do Trecho 01 está sintetizado na **Figura 2.2.4.4.2-6**.

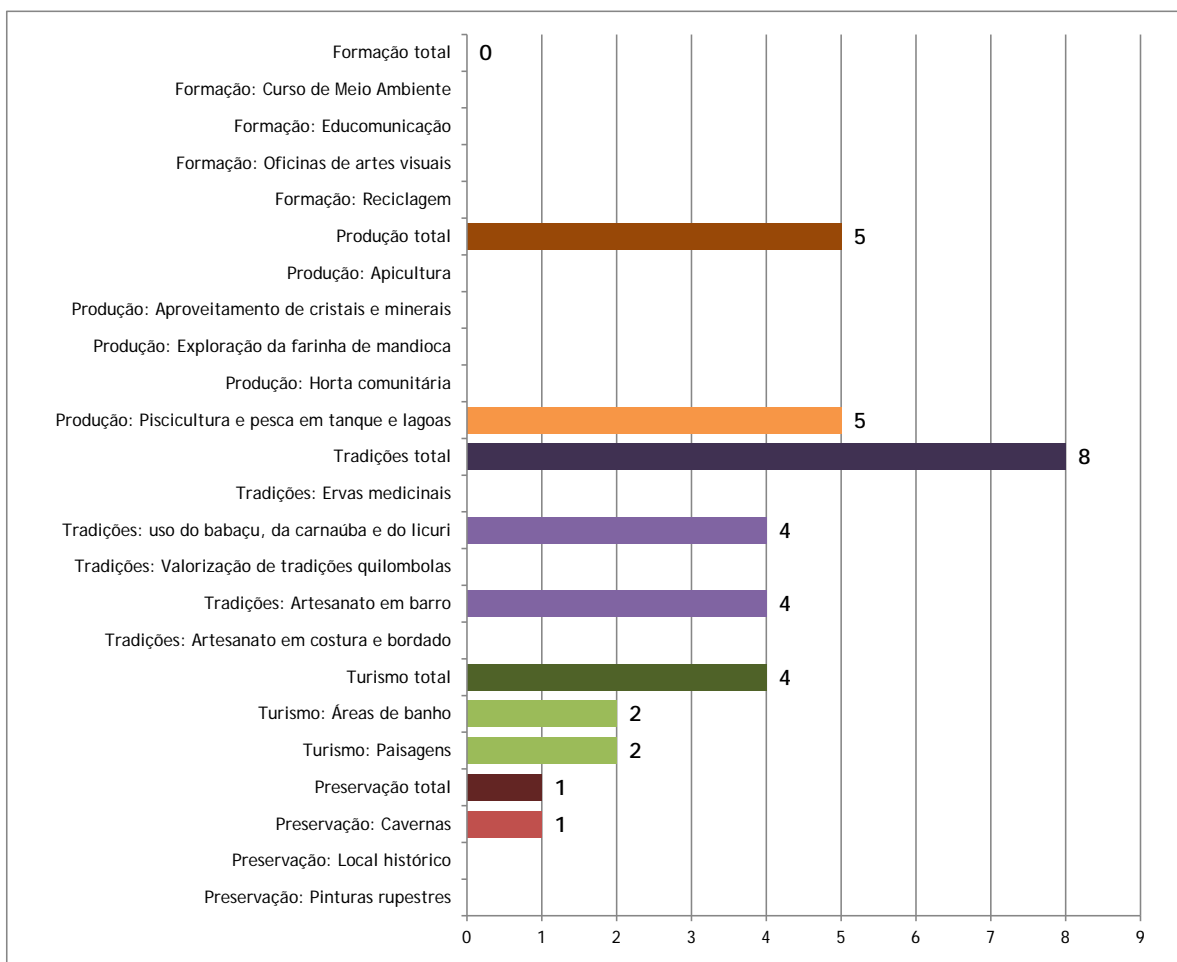


Figura 2.2.4.4.2-6 - Quantitativo de potencialidades socioambientais por categoria no Trecho 01

Trecho 02 (LT 230 kV Gentio do Ouro II – Brotas de Macaúbas)

No Trecho 02 as potencialidades socioambientais que foram apresentadas em cada um dos povoados estão descritas no **Quadro 2.2.4.4.2-6**.

Quadro 2.2.4.4.2-6 - Potencialidades apontadas por localidade – Trecho 02

UF	Município	Localidade	Potencialidades Socioambientais
BA	Gentio do Ouro	Distrito Gameleira do Assuruá	Preservação em área histórica, turismo área de banho do Escorrega, artesãs bordadeiras, potencial para desenvolvimento de artesanato com cristal.
BA	Gentio do Ouro	Distrito de Itajubaquara	Projeto já implementando com artesanato com crochê, reciclagem, artes visuais, educação, cursos de meio ambiente, horta comunitária.
BA	Gentio do Ouro	Comunidade de Fundo de Pasto São Gonçalo	Preservação de área de pinturas rupestres, artesanato de bordado de renda.
BA	Gentio do Ouro	Povoado Cedro	Preservação de área com pinturas rupestres, turismo no mirante do cruzeiro, artesanato em crochê, casa de farinha de mandioca na comunidade, garimpos de cristais.
BA	Ipupiara	Fazenda Extremo	Preservação de áreas de pinturas rupestres, aproveitamento da Palmeira de Licuri para artesanato.
BA	Ipupiara	Povoado Axuré	Preservação de área de pinturas rupestres.
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Santa Cruz	Turismo na Serra da Mangabeira, em área de garimpo centenária.
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Mangabeira	Preservação de área de pinturas rupestres, grupo de artesãs na região.
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Boa Vista	Aproveitamento de palmeiras de Licuri na produção de óleo e artesanato, grupo de artesãs.

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

O Trecho 02 possui como característica particular o fato de que as potencialidades apontadas serem bastante segmentadas. Nos Distrito de Gameleira do Assuruá, em Gentio do Ouro (BA), existe potencial para o desenvolvimento do turismo e valorização do histórico da localidade, fortemente associado ao ciclo do ouro ocorrido na localidade no final do século XIX. No Distrito de Itajubaquara, também em Gentio do Ouro (BA), existe a experiência de uma ONG que desenvolveu projetos na área de Educação Ambiental e Educação, que são entendidos como potencialidades, e concentra as potencialidades citadas na categoria Formação em toda a área de estudo.

Seguindo o traçado da LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas sentido Sul, entre os quilômetros 30 e 80 aproximadamente, são citados em quase todos os povoados o potencial de preservação em áreas de pinturas rupestres. Nos povoados Mangabeira e Boa Vista, de Brotas de Macaúbas (BA), a presença de projetos de Educação Ambiental relacionados à implementação de usinas eólicas alavancou a referência de trabalhos de artesanato com mulheres das comunidades, envolvendo o bordado e a costura tradicional.

Quantitativamente, esse Trecho é o que apresentou o maior número de citações de potencialidades pela população, somando 25, que estão detalhadas na **Figura 2.2.4.4.2-7**.

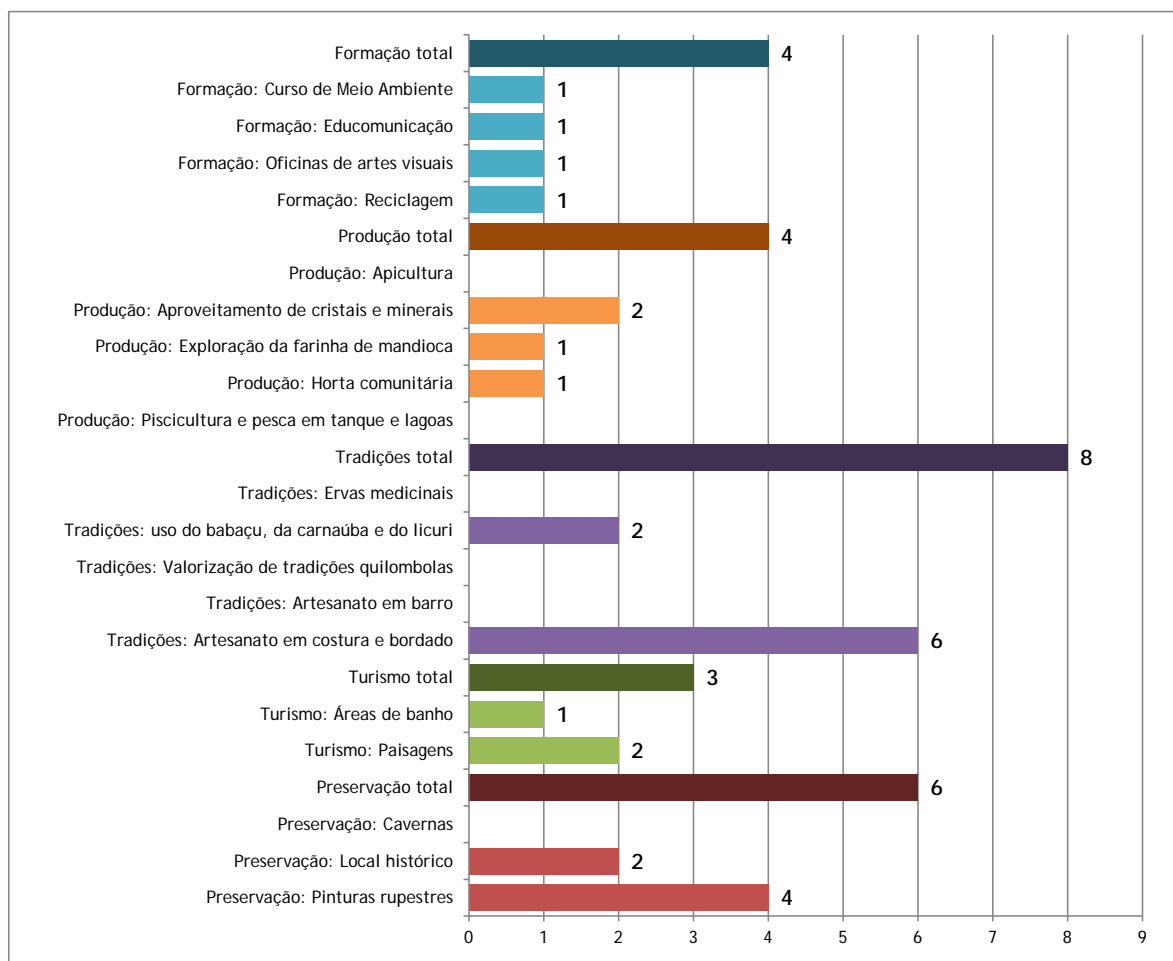


Figura 2.2.4.4.2-7 - Quantitativo de potencialidades socioambientais por categoria no Trecho 02

Trecho 03 (LT 500 kV Gentio do Ouro II – Ourolândia II)

A descrição das localidades e das potencialidades citadas em cada uma delas no Trecho 03 está elencada no **Quadro 2.2.4.4.2-7**.

Quadro 2.2.4.4.2-7 Potencialidades apontadas por localidade – Trecho 03

UF	Município	Localidade	Potencialidades Socioambientais
BA	Gentio do Ouro	Povoado Riachão	Uso de ervas medicinais, valorização de sítio de valor histórico.
BA	Itaguaçu da Bahia	Acampamento Água Quente	Turismo no Rio Água Quente.
BA	Central	Comunidade Quilombola Vereda	Turismo em Balneário Vereda Camping, área com pintura rupestre, projeto de apicultura na região.
BA	Jussara	Povoado Alto Bonito	Preservação de caverna.
BA	Jussara	Povoado Larga do Elói	Turismo em área de lajedo.
BA	Jussara	Povoado Mundo Novo I	Preservação de área de pinturas rupestres.
BA	Jussara	Povoado Mundo Novo II	Preservação de área de pinturas rupestres.

UF	Município	Localidade	Potencialidades Socioambientais
BA	São Gabriel	Comunidade Quilombola Carozal	Preservação de área de pinturas rupestres, caverna, exploração de pedra preta, com valor comercial.
BA	São Gabriel	Povoado Boqueirão do Guilhermino	Preservação de caverna.
BA	São Gabriel	Povoado Boqueirão do Ezequiel	Preservação de área de pinturas rupestres.
BA	Morro do Chapéu	Povoado Umburaninhas	Preservação de caverna.

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Os povoados e comunidades quilombolas do Trecho 03 apresentaram como potencialidade principal a preservação de cavernas e áreas de pintura rupestre, com 10 citações. O uso dos rios e veredas locais como áreas de banho que podem atrair turistas, como no caso do Acampamento Água Quente, em Itaguaçu da Bahia (BA), e na Comunidade Quilombola Vereda, em Central (BA) foi citado duas vezes. Destaque para o potencial histórico do Povoado Riachão, em Gentio do Ouro (BA), que possui uma igreja que, segundo moradores, possui mais de 300 anos.

Além disso, no Povoado Riachão, em Gentio do Ouro (BA), foi citado como potencialidade o uso das ervas locais como remédios, na Comunidade Quilombola Vereda, em Central (BA), que além do turismo, também, apontou um projeto de apicultura como potencialidade, e na Comunidade Quilombola Carozal, em São Gabriel (BA), que sugeriu, além do turismo, o desenvolvimento da exploração comercial de um mineral localmente chamado de pedra preta.

O resumo quantitativo das potencialidades citadas encontra-se apresentado na **Figura 2.2.4.4.2-8**.

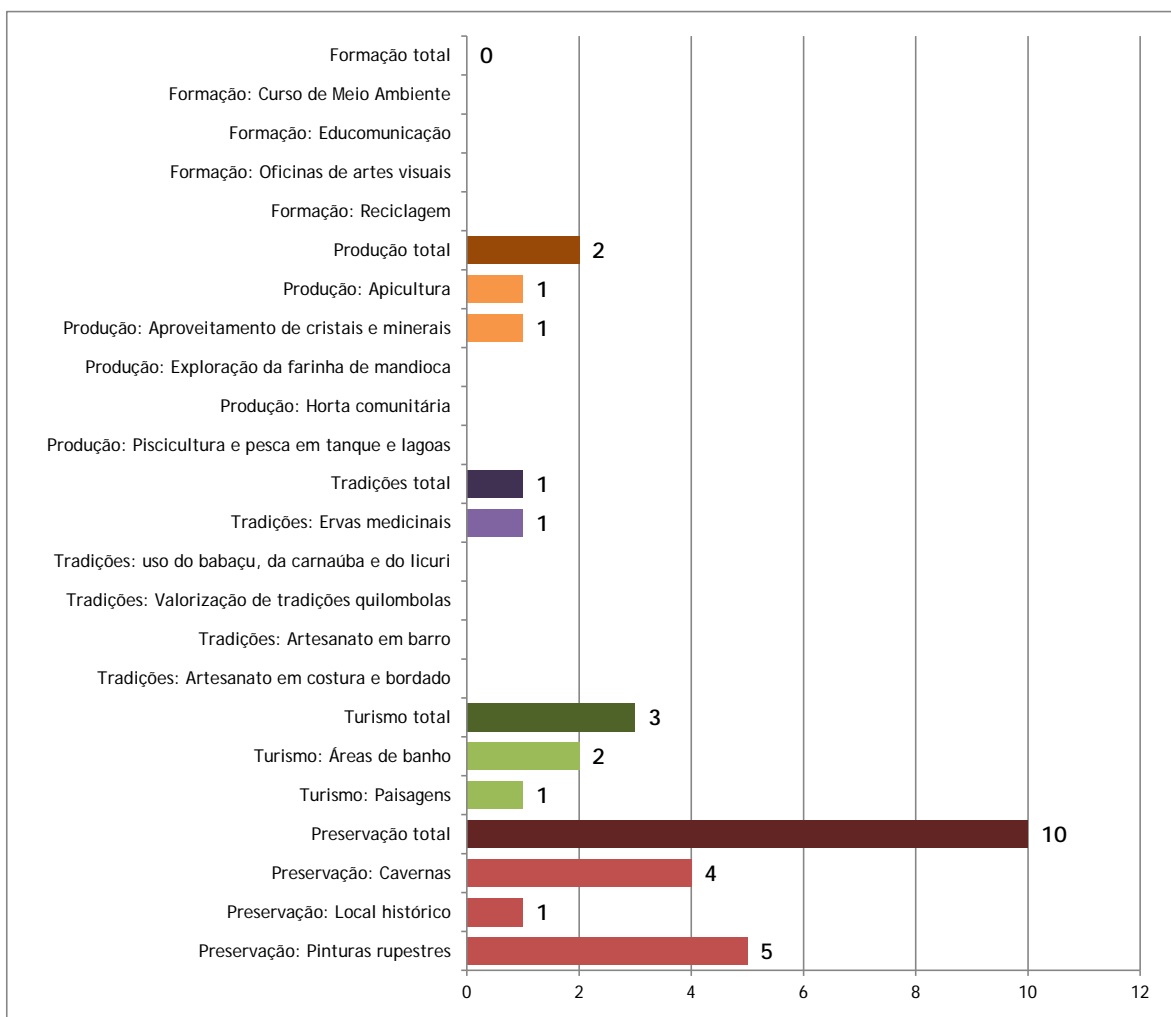


Figura 2.2.4.4.2-8 - Quantitativo de potencialidades socioambientais por categoria no Trecho 03

Trecho 04 (LT 500 kV Ourolândia II – Morro do Chapéu II e Seccionamento da LT 230 kV Irecê – Senhor do Bonfim)

As localidades e as potencialidades socioambientais citadas no Trecho 04 estão resumidas no **Quadro 2.2.4.4.2-8**.

Quadro 2.2.4.4.2-8 - Potencialidades apontadas por localidade – Trecho 04

UF	Município	Localidade	Potencialidades Socioambientais
BA	América Dourada	Comunidade Quilombola Canabrava	Turismo em área de banho.
BA	América Dourada	Comunidade Quilombola Lapinha	Valorização cultural quilombola.
BA	Morro do Chapéu	PA Recreio	Ervas medicinais, Turismo em cavernas.
BA	Morro do Chapéu	Povoado Espinheiro II	Ervas medicinais, Turismo em área de pinturas rupestres.

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

O Trecho 04 é aquele que apresenta o menor número de localidades em que foram citadas potencialidades socioambientais. A única referência que se repetiu foi a tradição em uso de ervas medicinais, citada no Povoado Espinheiro II e no Projeto de Assentamento Recreio, ambos em Morro do Chapéu (BA). Cabe destacar a referência ao resgate de tradições culturais da Comunidade Quilombola Lapinha, em América Dourada (BA), como uma potencialidade a ser desenvolvida para a população.

Com uma referência a menos que a categoria Tradições, a segunda categoria mais recorrente foi a Preservação, com duas citações. Cabe pontuar que a percepção sobre o potencial turístico nessas localidades que estão muito próximas à Chapada Diamantina, onde o turismo é bastante desenvolvido, é que nos territórios das localidades não existem áreas com os mesmos potenciais que as localidades mais famosas da região, e talvez por isso a categoria não tenha maior expressividade.

O resumo quantitativo das potencialidades do Trecho 04 está apresentado na **Quadro 2.2.4.4.2-9**.

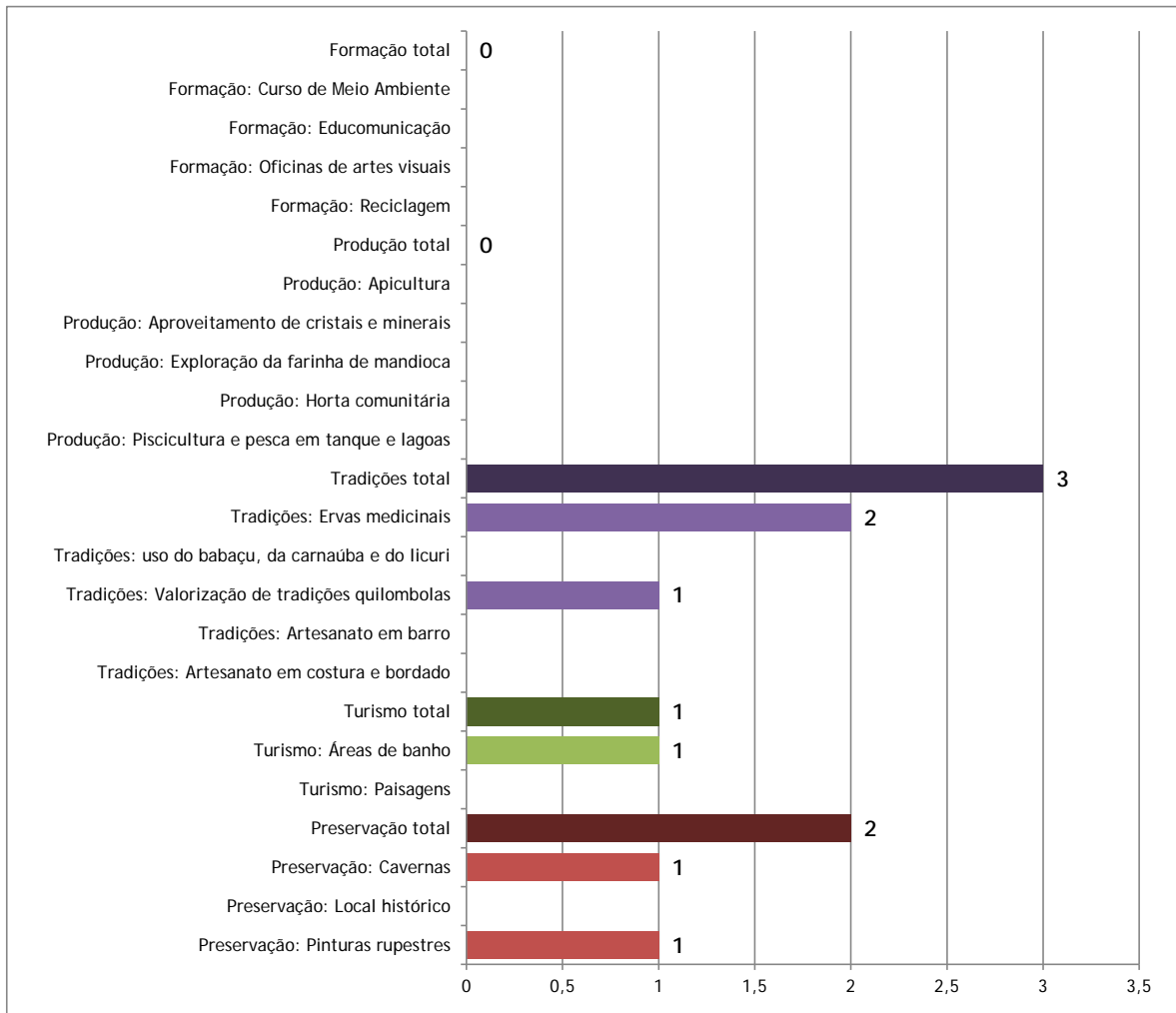


Figura 2.2.4.4.2-9 - Quantitativo de potencialidades socioambientais por categoria no Trecho 04

Área Diretamente Afetada (ADA)

2.2.4.4.2.1.1.6 - Estabelecimentos de Ensino

Na Área Diretamente Afetada (ADA) foram identificadas um total de 53 unidades escolares, entre a educação infantil, ensino fundamental e médio e, ainda, nas modalidades ensino regular, ensino a distância (EAD) e Educação para Jovens e Adultos (EJA). Estão consideradas nesse número escolas que se encontram localizadas a menos de um quilômetro do traçado da LT ou que se encontram às margens das vias de acessos que devem ser utilizados durante o processo construtivo do empreendimento, incluindo as sedes municipais que se encontram na Área de Estudo Local (AEL). O

total de alunos que frequentam essas unidades de ensino, de acordo com os dados obtidos em campo e complementados pelos dados do INEP, (DATAESCOLA, 2015) é de 9.344 estudantes.

O nível de ensino ofertado nas unidades existentes na ADA caracteriza-se pela predominância de unidades de nível até o ensino fundamental I, como é conhecido o primeiro ciclo da educação básica que vai até o quinto ano do ensino fundamental, conforme resumido na **Figura 2.2.4.4.2-10**.

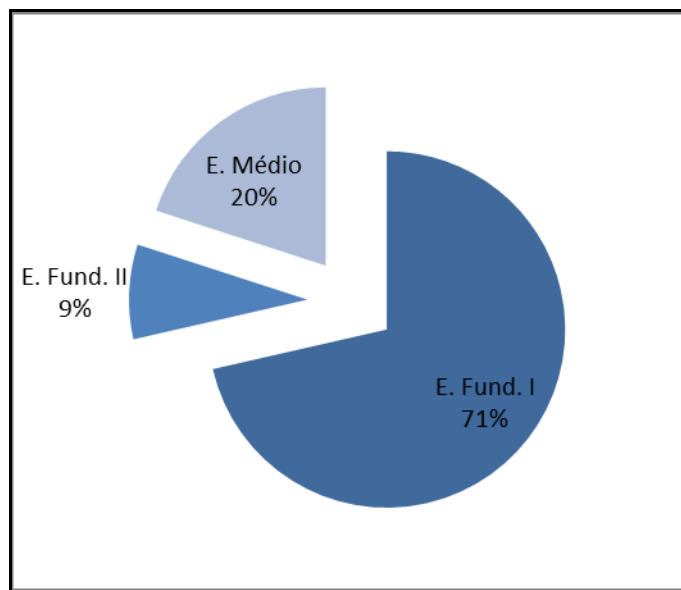


Figura 2.2.4.4.2-10 - Nível de ensino dos estabelecimentos identificados na Área Diretamente Afetada (ADA)

A caracterização do número de estabelecimentos de ensino por trecho subsidiará a análise da relevância das unidades de ensino, considerando, ainda, o quantitativo de alunos envolvidos em cada conjunto de unidades por localidade.

Trecho 01

O Trecho 01 apresenta ao todo 12 estabelecimentos de ensino em funcionamento regular, distribuídos em 06 (seis) localidades diferentes, que atendem aos moradores dos povoados ou sedes municipais em que estão inseridos e, ainda outras localidades vizinhas. Dentre os estabelecimentos identificados na ADA, predominam unidades de ensino até o nível fundamental no primeiro ciclo, conhecido como ensino fundamental I, com um número relativamente pequeno de alunos, focada principalmente ao atendimento de crianças do próprio povoado ou de localidades vizinhas de menor porte. Em seguida, os estabelecimentos identificados passam a atender um grupo maior de estudantes, a partir de 300

indivíduos, e oferecem educação até o nível médio completo, e um ou mais estabelecimentos de ensino, conforme apresenta o gráfico na **Figura 2.2.4.4.2-11**.

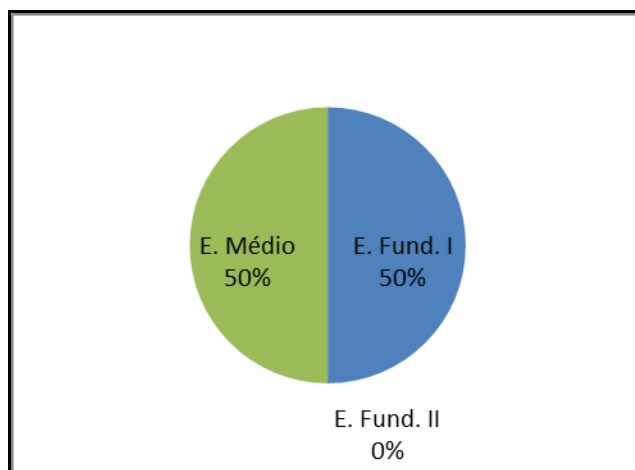


Figura 2.2.4.4.2-11 - Nível de ensino dos estabelecimentos no Trecho 01

Ao todo, 2.615 estudantes circulam durante o período letivo nas proximidades da ADA, de acordo com os dados obtidos, especialmente nos turnos matutino e vespertino. A maior concentração de alunos e de unidades de ensino ocorre na sede do município de Monte Alegre do Piauí (PI), com cinco estabelecimentos de ensino e 1.490 alunos. A menor quantidade de estudantes foi identificada no Povoado Serrinha, também, em Monte Alegre do Piauí (PI), com apenas 12 alunos que frequentam a unidade.

Tais dados encontram-se detalhados no **Quadro 2.2.4.4.2-9**.

Quadro 2.2.4.4.2-9 – Estabelecimentos de ensino identificados no Trecho 01

UF	Município	Localidade	Estrutura de Educação	Nível	Nº de alunos
PI	Monte Alegre do Piauí	Sede Municipal	Possui escola (5 escolas)	E. Médio	1.490
PI	Monte Alegre do Piauí	Povoado Serrinha	Possui escola	E. Fund. I	12
PI	Parnaguá	PA Lagoa da Descoberta	Possui escola (E.M. João Batista Figueiredo)	E. Fund. I	16
PI	Parnaguá	Povoado Malhadinha	Possui escola	E. Fund. I	15
PI	Júlio Borges	Sede Municipal	1 Infantil, 1 Fundamental, 1 Médio	E. Médio	782
BA	Buritirama	Povoado Poço da Jurema	Possui escola (E.M. Ulysses Teixeira)	E. Médio	300

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015, INEP, DATAESCOLA, 2015.

Trecho 02

No Trecho 02, 14 estabelecimentos de ensino foram identificados, distribuídos em um número igual de povoados e sedes municipais. Considerando esse conjunto de estabelecimentos por localidade, observa-se que predominam as unidades que oferecem educação até o primeiro ciclo do ensino fundamental, ao todo 11. Duas unidades oferecem ensino até o fim do ensino fundamental II (até o nono ano) e, apenas, uma unidade de ensino médio foi identificada na ADA do empreendimento, conforme apontado na **Figura 2.2.4.4.2-12**.

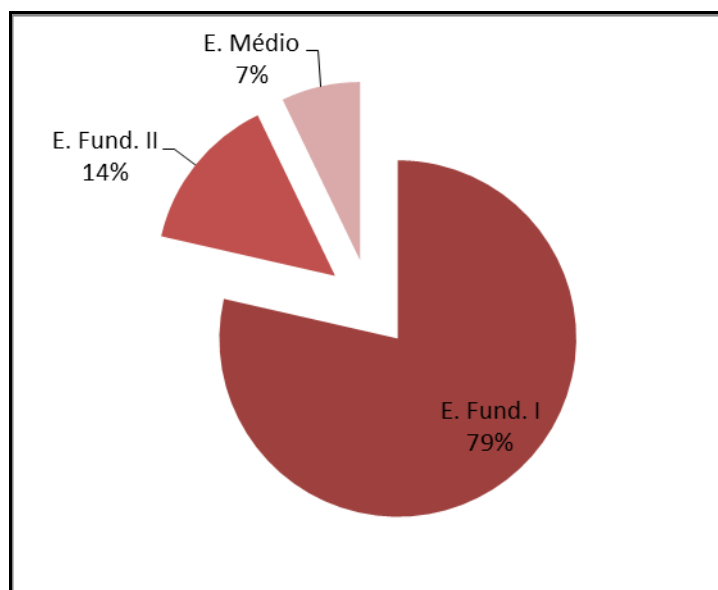


Figura 2.2.4.4.2-12 - Nível de ensino nos estabelecimentos do Trecho 02

As unidades de ensino identificadas atendem a 614 alunos ao todo, apresentando menor concentração se comparadas ao Trecho 01, e contam com quantitativos menores de alunos por estabelecimento, sendo a Escola da Comunidade Fundo de Pasto São Gonçalo, em Gentio do Ouro (BA), a que conta com o menor número de estudantes, apenas 06 (seis). No outro extremo, a escola de Ensino Médio do Distrito Itajubaquara, também em Gentio do Ouro, conta com 300 alunos e é a unidade escolar com maior número de estudantes do Trecho 02. A descrição das escolas por localidade, nível de ensino e total de alunos encontra-se no **Quadro 2.2.4.4.2-10**.

Quadro 2.2.4.4.2-10 – Estabelecimentos de ensino identificados no Trecho 02

UF	Município	Localidade	Estrutura de Educação	Nível	Nº de alunos
BA	Gentio do Ouro	Distrito Gameleira do Assuruá	Possui escola (Centro Educ. Mun. Jackson Ribeiro de Miranda)	E. Fund. II	106
BA	Gentio do Ouro	Distrito de Itajubaquara	Possui escola	E. Médio	300
BA	Gentio do Ouro	Comunidade Fundo de Pasto São Gonçalo	Possui escola	E. Fund. I	6
BA	Gentio do Ouro	Povoado Cedro	Possui escola	E. Fund. I	10
BA	Gentio do Ouro	Povoado Riacho do Cedro	Possui escola (Escola Deputado Reinaldo Braga)	E. Fund. II	76
BA	Gentio do Ouro	Povoado Silvério	Possui escola	E. Fund. I	13
BA	Gentio do Ouro	Comunidade Quilombola Barreiro Preto	Possui escola (Escola Santa Luzia)	E. Fund. I	8
BA	Ipupiara	Povoado Traçadal	Possui escola	E. Fund. I	7
BA	Ipupiara	Povoado Furados	Possui escola (E.M. Adelino Ribeiro)	E. Fund. I	11
BA	Ipupiara	Povoado Caiçara	Possui escola	E. Fund. I	15
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Fundo Largo	Possui escola	E. Fund. I	13
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Mangabeira	Possui escola	E. Fund. I	18
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Papagaio	Possui escola (E.M. Plácido Martins Ferreira)	E. Fund. I	16
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Boa Vista	Possui escola	E. Fund. I	15

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015, INEP, DATAESCOLA, 2015.

Trecho 03

O Trecho 03 é aquele com o maior número de unidades de ensino e o maior número de estudantes na ADA do empreendimento, respectivamente 24 e 6.054. Isso se deve, majoritariamente, pela proximidade do traçado do empreendimento às sedes municipais de Jussara e Central, na Bahia, que apresentam em conjunto 14 estabelecimentos de ensino que atendem a 5.360 estudantes até o nível médio.

Considerando isso, a distribuição da capacidade de atendimento por nível de ensino máximo por localidade está resumida na **Figura 2.2.4.4.2-13**.

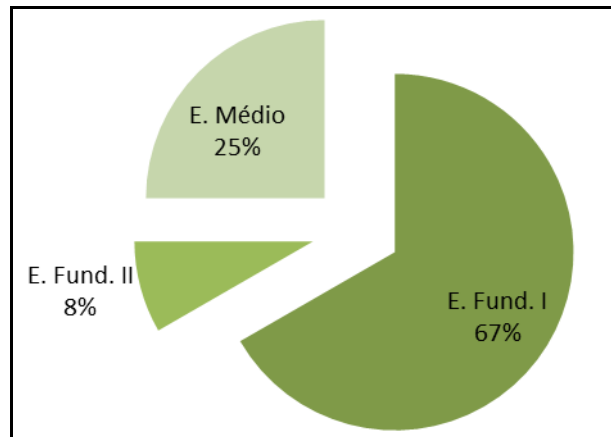


Figura 2.2.4.4.2-13 - Nível de ensino nos estabelecimentos no Trecho 03

A localidade com o maior número de alunos identificados é a sede de Central (BA), que com seis escolas atende a 2.753 alunos até o nível médio, enquanto a escola de ensino fundamental I do Povoado Boqueirão do Ezequiel, em São Gabriel (BA) recebe regularmente 12 alunos somente. A distribuição de unidades de ensino e de alunos por localidade está sintetizada no **Quadro 2.2.4.4.2-11**.

Quadro 2.2.4.4.2-11 - Estabelecimentos de ensino identificados no Trecho 03

UF	Município	Localidade	Estrutura de Educação	Nível	Nº de alunos
BA	Itaguaçu da Bahia	Povoado Cotovelo	Possui escola	E. Fund. I	27
BA	Itaguaçu da Bahia	Comunidade Quilombola Alegre	Possui escola (E.M. Firmino Pereira Gomes)	E. Fund. I	17
BA	Central	Comunidade Quilombola Vereda	Possui escola	E. Fund. II	123
BA	Central	Sede Municipal	Possui escola (6 escolas)	E. Médio	2753
BA	Jussara	Povoado Larga do Elói	Possui escola	E. Fund. I	100
BA	Jussara	Povoado Mundo Novo I	Possui escola	E. Fund. I	20
BA	Jussara	Sede Municipal	Possui escola (8 escolas)	E. Médio	2607
BA	Jussara	Distrito Recife	Possui escola (E.M. João Baio)	E. Fund. I	61
BA	São Gabriel	Comunidade Quilombola Carozal	Possui escola	E. Fund. I	69
BA	São Gabriel	Povoado Boqueirão do Ezequiel	Possui escola	E. Fund. I	12
BA	São Gabriel	Comunidade Quilombola Boqueirão dos Carlos	Possui escola (E.M. Francisco Carlos de Souza)	E. Fund. I	75
BA	Morro do Chapéu	Povoado Umbraninhas	Possui escola	E. Médio	190

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015, INEP, DATAESCOLA, 2015.

Trecho 04

O Trecho 04 é aquele que possui o menor número de estabelecimentos de ensino e alunos dentre os demais: foram identificados 03 (três) estabelecimentos somente, que somam 61 alunos ao todo. Em 100% das unidades de ensino turmas vão somente até o nível fundamental I. A descrição dessas unidades e o total de alunos de cada uma estão apontados no **Quadro 2.2.4.4.2-12**.

Quadro 2.2.4.4.2-12 – Estabelecimentos de ensino identificados no Trecho 04

UF	Município	Localidade	Estrutura de Educação	Nível	Nº de alunos
BA	Ourolândia	Povoado Olho d'Água do Fagundes	Possui escola	E. Fund. I	12
BA	América Dourada	Comunidade Quilombola Canabrava	Possui escola (E.M. José Salustiano Costa)	E. Fund. I	36
BA	América Dourada	Comunidade Quilombola Lapinha	Possui escola	E. Fund. I	13

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015, INEP, DATAESCOLA, 2015.

2.2.4.4.2.1.1.7 - Índice de Escolaridade

De acordo com o levantamento realizado em campo nos povoados e localidades situados na Área Diretamente Afetada (ADA), buscou-se identificar o nível de educação formal da população residente. Tal levantamento identificou 02 (duas) dificuldades principais para a determinação do dado: primeiramente, não existem fontes de dados secundários em escala territorial que se aproxime dos povoados e localidades, sendo os setores censitários a escala mínima do Censo 2010, que ainda assim abrangem, na zona rural, áreas demasiado amplas para suprir as necessidades dessa análise; em segundo lugar, a dificuldade da população, de modo geral, em apresentar uma informação segura a respeito do nível de educação a que o grupo acessou, devido à falta de uma instrução formal a respeito do que se tratam esses níveis ou séries em suas correspondências atuais, após consecutivas reformas curriculares.

Ainda assim, os dados apresentados a seguir primaram pelas informações fornecidas em campo pela população local, sendo realizados os ajustes necessários para a padronização dos níveis conforme o sistema atual.

Foram obtidas informações sobre o nível de educação em 45 povoados, em um universo de 70 localidades identificadas dentro da ADA do empreendimento. Dessa forma, cabe realizar uma descrição qualitativa desse levantamento de acordo com os trechos da LT.

Trecho 01

No Trecho 01, os povoados e sedes municipais identificados que forneceram informação a respeito do nível educacional estão descritos no **Quadro 2.2.4.4.2-13**.

Quadro 2.2.4.4.2-13 - Nível educacional no Trecho 01

UF	Município	Localidade	Nível educacional
PI	Parnaguá	PA Lagoa da Descoberta	Semianalfabeto.
PI	Parnaguá	Povoado Malhadinha	Fundamental incompleto.
PI	Parnaguá	Povoado Riacho de Areia	Analfabeto.
PI	Parnaguá	PA Piaçaba	Semianalfabeto.
PI	Parnaguá	Fazenda Lagoa Nova	Semianalfabeto.
BA	Buritirama	Povoado Baixão dos Oliveiras	Fundamental incompleto.
BA	Buritirama	Povoado Poço da Jurema	Médio completo.
BA	Buritirama	Povoado Sítio Santo Antônio	Fundamental incompleto.
BA	Buritirama	Povoado Várzea	Fundamental incompleto.
BA	Buritirama	Povoado Munduri	Fundamental incompleto.
BA	Buritirama	Comunidade Fundo de Pasto Brejão	Semianalfabeto.
BA	Buritirama	Povoado Buritizinho	Médio completo.
BA	Buritirama	Povoado Lagoa do Zé Pequeno	Semianalfabeto.
BA	Barra	Povoado Grota	Fundamental incompleto.
BA	Barra	Povoado Lagoa da Onça	Fundamental incompleto.
BA	Gentio do Ouro	Povoado Mato Grosso	Semianalfabeto.

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Conforme pode ser observado no **Quadro 2.2.4.4.2-13**, o nível educacional predominante nas localidades é o ensino fundamental incompleto, seguido pela população semianalfabeta, ou seja, que é capaz de escrever seu próprio nome e mensagens simples, e ler frases ou letreiros de ônibus, mas que não possui capacidade para leitura mais avançada, como um livro ou um jornal, e não é capaz de redigir uma carta ou uma redação.

Cabe apontar que, no Povoado Riacho de Areia, em Parnaguá (PI), a população se considera analfabeta, enquanto que nos povoados Buritizinho e Poço da Jurema, em Buritirama (BA), a população considera que a maior parte dos moradores possui nível médio completo.

Trecho 02

Os moradores do Trecho 02 apresentaram índices de educação relativamente melhores do que os moradores do Trecho 01 em relação ao nível educacional, como podem ser observados no **Quadro 2.2.4.4.2-14**.

Quadro 2.2.4.4.2-14 - Nível educacional no Trecho 02

UF	Município	Localidade	Nível educacional
BA	Gentio do Ouro	Distrito Gameleira do Assuruá	Fundamental incompleto.
BA	Gentio do Ouro	Distrito de Itajubaquara	Fundamental completo.
BA	Gentio do Ouro	Comunidade Fundo de Pasto São Gonçalo	Semianalfabetos.
BA	Gentio do Ouro	Povoado Cedro	Fundamental completo.
BA	Gentio do Ouro	Povoado Silvério	Fundamental completo.
BA	Ipupiara	Povoado Traçadal	Fundamental incompleto.
BA	Ipupiara	Povoado Caiçara	Fundamental incompleto.
BA	Ipupiara	Fazenda Extremo	Semianalfabetos.
BA	Ipupiara	Povoado Axuré	Semianalfabetos.
BA	Brotas De Macaúbas	Povoado Santa Cruz	Semianalfabetos.
BA	Brotas De Macaúbas	Povoado Fundo Largo	Analfabeto.
BA	Brotas De Macaúbas	Povoado Mangabeira	Fundamental incompleto.
BA	Brotas De Macaúbas	Povoado Boa Vista	Fundamental incompleto.

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Observa-se que no Trecho 02, o nível educacional predominante é o fundamental incompleto, com 05 (cinco) localidades, seguido pela população semianalfabeta, com 04 (quatro) povoados, Em nenhuma localidade foi relatada a predominância de moradores com o nível médio.

O Povoado Fundo Largo, em Brotas de Macaúbas (BA), é aquele com o menor nível educacional informado, sendo considerada a população analfabeta. De acordo com uma pessoa entrevistada, o acesso à educação formal não vem apresentando resultados relevantes. De acordo com ela, os alunos do povoado continuam sem conseguir ler ao longo do nível fundamental. No outro extremo, 03 (três) localidades de Gentio do Ouro (BA) contam com a população com nível fundamental completo de educação: o Distrito Itajubaquara, os Povoados Cedro e Silvério.

Trecho 03

O **Quadro 2.2.4.4.2-15** descreve a distribuição do nível educacional relatado nas localidades do Trecho 03.

Quadro 2.2.4.4.2-15 - Nível educacional no Trecho 03

UF	Município	Localidade	Nível educacional
BA	Gentio do Ouro	Povoado Riachão	Analfabeto.
BA	Central	Comunidade Quilombola Vereda	Fundamental incompleto.
BA	Central	Fazenda Canadá	Semianalfabetos.
BA	Jussara	Povoado Larga do Elói	Fundamental incompleto.
BA	Jussara	Povoado Mundo Novo I	Fundamental incompleto.
BA	Jussara	Povoado Mundo Novo II	Fundamental incompleto.
BA	São Gabriel	Comunidade Quilombola Caroazal	Fundamental incompleto.
BA	São Gabriel	Povoado Boqueirão do Guilhermino	Fundamental incompleto.
BA	São Gabriel	Povoado Boqueirão do Ezequiel	Fundamental incompleto.
BA	Morro do Chapéu	Povoado Umburaninhas	Fundamental incompleto.

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Como pode ser observado, dentre as localidades do Trecho 03, apenas 02 (dois) povoados apresentaram nível educacional diferente de fundamental incompleto: no Povoado Riachão, em Gentio do Ouro (BA), a população se declarou analfabeta, e na Fazenda Canadá, em Central (BA), os moradores se consideram predominantemente semianalfabetos.

Trecho 04

O Trecho 04 apresenta somente 06 (seis) localidades que forneceram dados satisfatórios para a análise do nível educacional, conforme detalhado no **Quadro 2.2.4.4.2-16**.

Quadro 2.2.4.4.2-16 - Nível educacional no Trecho 04

UF	Município	Localidade	Nível educacional
BA	João Dourado	Comunidade Quilombola Serra Azul	Fundamental incompleto.
BA	América Dourada	Comunidade Batom	Analfabeto.
BA	América Dourada	Comunidade Quilombola Canabrava	Fundamental incompleto.
BA	América Dourada	Comunidade Quilombola Lapinha	Fundamental incompleto.
BA	Morro do Chapéu	PA Recreio	Fundamental incompleto.
BA	Morro do Chapéu	Povoado Espinheiro II	Fundamental completo.

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

O cenário muito próximo ao descrito no Trecho 03 é apresentado no Trecho 04, havendo predominância da população com nível fundamental incompleto, à exceção de 02 (dois) povoados. A Comunidade Batom, em América Dourada (BA), informou ter população analfabeta, enquanto que o Povoado Espinheiro II, em Morro do Chapéu (BA) declarou ter a população de nível fundamental completo.

2.2.4.4.2.2 - Organizações Sociais e Grupos de Interesse

A descrição dos principais grupos de interesse contemplados nas áreas de estudo empreendimento contempla 02 (duas) escalas de análise. Na escala da Área de Estudo Municipal (AEM) foram buscadas informações a respeito das principais organizações sociais dos municípios atravessados pelo empreendimento, enquanto que na escala da Área de Estudo Local (AEL) foram estudados os principais grupos de interesse em atuação nas localidades circunvizinhas ao traçado da LT.

Área de Estudo Municipal (AEM)

O presente subitem caracteriza os grupos de interesse e atores sociais presentes na Área de Estudo do empreendimento, bem como suas formas de atuação. A partir das entrevistas realizadas com os gestores públicos municipais, foi possível identificar nos municípios integrantes da Área de Estudo Municipal (AEM) do empreendimento um perfil bastante diversificado em termos de atuação de grupos de interesse e atores sociais, que serão apresentados por município no item a seguir.

Município de Gilbués (PI)

Os principais grupos de interesse e movimentos sociais que atuam no município são:

- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – Sinserpim;
- Sindicato dos Produtores Rurais;
- Associações de Produtores Rurais, representativas nas localidades;
- Associação de Moradores da Localidade de Vaqueta;
- Associação de Produtores da Localidade de Bom Jesus (Assentamento rural);
- Associação de Produtores da Localidade de Grotões.

Quanto às instituições que realizam ações relativas ao meio ambiente, o município conta com a Associação Nordeste Reflorestamento e Educação, que atua na Serra da Boa Vista, com canteiro de mudas de vegetação nativa instalado na sede do município e promove ações de reflorestamento na localidade da Malhadinha, localizada na Área de Estudo Local (AEL) do empreendimento. Esta associação, também, atua na preservação do macaco prego, em especial na Serra da Boa Vista e mantém um apiário, na sede municipal.

A Fundação A Gente atua no município com ações de combate à degradação do solo, em parceria com o Governo do Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e com a Prefeitura, que dá apoio logístico às atividades.

Município de Monte Alegre do Piauí (PI)

As entidades da sociedade civil organizada atuantes no município são:

- Sindicato de Trabalhadores Rurais, ligado à CUT;
- Sindicato dos Professores;
- Associações de Produtores Rurais nas localidades de Morrinhos, Castelo, Regalo e Contrato de Fora;
- Pastoral da Criança.

As instituições relacionadas ao Meio Ambiente com atuação no município são as Organizações Não Governamentais (ONGs) SOS Gilbués e Núcleo de Pesquisa de Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação (NUPERADE), que desenvolvem atividades com palestras nas escolas voltadas para a Educação Ambiental. Sobre a SOS Gilbués, contudo, segundo informou gestor municipal em Gilbués esta entidade não está em funcionamento atualmente.

Município de Riacho Frio (PI)

Em Riacho Frio destacam-se:

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Associação de Produtores Rurais de Curralinhas;

- Associação de Produtores Rurais do Vale do Brejo;
- Associação dos Produtores Rurais da Localidade de Mata.

Além das Secretarias Municipais, nenhuma outra entidade ou instituição foi identificada atuando no município com o foco no meio ambiente.

Até 2011, o município contava com uma associação de mulheres que tinha uma atuação expressiva e conquistas significativas, como a Casa de Parto e a Faculdade Aberta.

Município de Parnaguá (PI)

Foram identificados os seguintes grupos de interesse atuantes no município:

- Associações de moradores dos bairros Shis e Belém II na sede municipal;
- ONG Fulapa (Fundação Lagoa de Parnaguá), que atua na Educação Ambiental junto à Secretaria de Meio Ambiente e participa do projeto de criação da APA Lagoa de Parnaguá. Esta instituição, criada em 1999, e elaborou microprojeto de revitalização das microbacias do Paraim e Lagoa de Parnaguá e seus afluentes, que, contudo, não foi implantado;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que presta apoio institucional para obtenção de benefícios trabalhistas;
- Associação de Mulheres Clube das Mães;
- Associação de Produtores Rurais da Fazenda do Meio, com atuação voltada para obtenção de maquinário para apoio à produção rural;
- Associações de produtores dos Assentamentos Rurais Santa Terezinha (em Triunfo), Coqueirinho (em Coqueirinho), Piaçaba (em Piaçaba) e Bela Vista (Lagoa do Mato);
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Missão;
- Colônia de Pescadores Z-10.
- Município de Júlio Borges (PI)

Foram identificados os seguintes grupos de interesse atuantes no município:

- Colônia de Pescadores Z-02, que reúne os pescadores da barragem de Algodões II, uma das maiores barragens do Piauí;

- Associação de Trabalhadores Rurais de Júlio Borges, ligada à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (FETAG – PI);
- Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- Associação Comunitária de Santo Antônio (povoado), voltada para a atividade da casa de farinha.
- Pastoral da Terra, que possui diversos programas implantados pela igreja.

Não foram identificadas ou citadas em Júlio Borges instituições voltadas para as questões ambientais.

Município de Buritirama (BA)

Os principais grupos de interesse e movimentos sociais em atuação no município são:

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Sindicato dos Servidores Públicos, com foco nas conquistas dos filiados;
- Associação dos Apicultores;
- Associações comunitárias (35 no total).

Além da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, que oferece apoio ao programa Água Para Todos, na instalação de cisternas nas escolas, nenhuma outra entidade foi identificada com foco de atuação na Educação Ambiental.

Município de Barra (BA)

No município registra-se a presença de algumas instituições representativas de grupos de interesse e movimentos sociais tais como:

- Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- Sindicato dos Produtores Rurais (ligados a pequenos produtores);
- Sindicato dos Professores e Servidores Públicos do Município;
- APLB-Sindicato – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia;
- União dos Municípios do Oeste da Bahia, voltada para ações institucionais e desenvolvimento de políticas públicas;

- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), presente no município, mas sua atuação é considerada restrita às ações dos sindicatos de trabalhadores e produtores rurais;
- Associações quilombola e comunitárias dos brejeiros que representam os interesses destas comunidades tradicionais;
- Colônia de Pescadores Z-30 – representativa da comunidade de pesca.

De acordo com os dados fornecidos pelos gestores públicos, as instituições ligadas ao meio ambiente que atuam no município são:

- ONG Amor de Bicho, voltada para a preservação animal e ambiental, com foco nos animais silvestres e no combate a caça predatória;
- Centro de Serviços do Ambiente (CESAB), que atua na instalação de cisternas coletoras de água de chuva e construção de cacimbas (poços artesanais) na zona rural, em parceria com o Governo do Estado da Bahia.

Município de Xique-Xique (BA)

Os grupos de interesse e movimentos sociais atuantes no município têm uma relação direta com os assentamentos rurais do INCRA, por intermédio do Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA3), dos Movimentos dos Sem Teto e da Pastoral da Terra. Esta última, em especial, com atuação ligada às questões agrárias em favor dos pequenos produtores rurais na região do Baixio de Irecê, de agricultura irrigada.

Entre as instituições ligadas às questões ambientais que atuam em Xique-Xique, destacam-se:

- Núcleo de Pesquisa de Educação Ambiental da Uneb (Nepea/UNEB);
- Instituto Federal da Bahia - IFBA.

Até pouco tempo, a sede da Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (Fundifran), ligada à Pastoral da Terra, era em Xique-Xique, mas mudou-se para Ibotirama.

3 A sigla CETA remete à origem do movimento, quando tinha o nome de Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados. Ver <http://cetabahia.blogspot.com.br/p/nossa-historia.html>.

Município de Gentio do Ouro (BA)

Atuam no município os seguintes grupos de interesse:

- Cooperativa Mista de Ouro e Cristal (COOMAGO);
- Associações de pequenos produtores rurais;
- Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- Sindicato dos Servidores Públicos.

As instituições relacionadas ao Meio Ambiente que atuam no município são apenas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a Secretaria Municipal de Agricultura e o Instituto Brasil Solidário (IBS).

Município de Ipupiara (BA)

Os movimentos sociais ligados à Igreja Católica são bastante atuantes em Ipupiara. No povoado Bela Sombra há a presença importante de representação da Pastoral da Terra ligada à agricultura familiar. Existe neste povoado casa de farinha organizada pela Associação de Mulheres de Bela Sombra, muito atuante em termos da organização social.

Foram citadas, também, como grupos de interesse as Associações Comunitárias de Lagoa do Prudente, Bela Sombra, Sodrelândia, Olho D'água, Lagoa do Barro e Caiçara, esta última presente na Área de Estudo Local (AEL) do empreendimento.

A ONG Projeto Girassol desenvolve trabalho voltado para crianças e adolescentes com a realização de atividades artísticas, culturais, agrícolas, artesanato e informática no contraturno escolar.

A ONG Centro de Assessoria do Assuruá (CAA), sediada em Irecê (BA), trabalha com temáticas ligadas à convivência com o semiárido. Atuava na implantação de cisternas nas escolas antes da existência do Programa Água para Todos. As demais entidades que lidam com a questão ambiental são a Secretaria de Meio Ambiente, em fase de estruturação, em parceria com Secretaria de Educação.

Município de Brotas de Macaúbas (BA)

Em Brotas de Macaúbas, as principais organizações sociais são:

- Cooperativa Agro Mineral Sem Fronteiras, formada por garimpeiros da região, voltada para a exploração e comercialização de pedras – atua na lapidação e beneficiamento da produção;
- Associação Comunitária Jatobá e Lagoa do Capim (Fundo de Pasto), voltada para a defesa dos interesses dessas comunidades, fora da AEL;
- Associação dos Apicultores do Riacho Grande (APIVARG), localizada na comunidade de Novo Horizonte.
- Associações comunitárias em grande parte das comunidades e povoadas rurais, que atuam no agenciamento do acesso dos produtores aos recursos e programas do governo federal;
- Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- Sindicato dos Servidores Públicos (SINDSERV), que representam também os professores do município;
- Associação Casa das Mulheres, localizada na sede municipal.

Uma empresa de energia eólica instalada no município realiza ações de Educação Ambiental como forma de compensações ambientais em oito comunidades próximas ao parque eólico. Essas comunidades receberam cursos e treinamentos para plantio de horta. O trabalho é realizado em parceria com as oito escolas mais próximas do parque, que dista 130 km da sede municipal.

Até bem pouco tempo o município contava com a ação da ONG Onça, voltada para atividades em defesa do meio ambiente, mas as informações levantadas em campo indicam que esta organização está inativa.

Município de Itaguaçu da Bahia (BA)

Com 02 (dois) acampamentos do Movimento Sem Terra (MST), um próximo ao Povoado de Rio Verde, à margem da BA-052 e, outro próximo a Boa Vista, na divisa com Xique-Xique, em terreno destinado ao Projeto Baixio de Irecê, ambos de ocupação pacífica, o município conta com 02 (duas) associações representativas – Associação Comunitária de Tiririca (como era conhecida a região onde hoje se situa o município – Tiririca de Luizinho), voltada para as demandas da comunidade e, Associação dos

Irrigantes, que atua como cooperativa para compra da produção dos associados e comércio de artigos como biscoitos e pães.

Itaguaçu da Bahia conta com uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que foi desmembrada recentemente da Secretaria Municipal de Agricultura, mas sua atuação é restringida pela dificuldade em manter uma fiscalização atuante. Nenhuma outra instituição relacionada a temas ambientais atua no município.

Município de Central (BA)

Em relação aos Grupos de Interesse e Movimentos Sociais presentes no município, observa-se a atuação de associações de produtores, cooperativa e conselho religioso, entre outras, conforme descrito a seguir.

- Assentamento do INCRA, ligado ao MST próximo à divisa do município com Itaguaçu da Bahia (BA) às margens da BA-052 em direção a Xique-Xique (BA);
- Sindicato de Trabalhadores Rurais, que reúne todas as associações de trabalhadores rurais do município;
- Associações comunitárias ligadas à produção rural em todos os povoados do município;
- Comitê das Associações (COMAC), entidade que reúne todas as associações comunitárias e de produtores e trabalhadores rurais do município. Ligado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- Cooperativa Mista Agropecuária de Central (COPERMARC), que atualmente está implementando o projeto de comercialização de mamona;
- Conselho de Ministros e Líderes Evangélicos, que realizam reuniões em povoados e na sede para difusão dos valores da religião;
- Pastoral da Criança, com atuação na área da saúde infantil.

Entre as instituições atuantes no município relacionadas ao Meio Ambiente foram citadas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, além de uma ONG Bicho do Mato.

Município de Jussara (BA)

Em Jussara (BA), os grupos de interesse e movimentos sociais identificados são as associações de produtores dos assentamentos rurais. São 04 (quatro) assentamentos no município cadastrados pelo Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia (CDA): Morro do Higino (conhecido como Gogó da Ema), Deus-Dará, Novo Horizonte e mais um assentamento de nome não identificado.

Além dessas associações foram citados: o Sindicato de Trabalhadores Rurais, com atuação significativa para obtenção de linhas de crédito junto à programas federais; 28 associações, sendo uma de cunho cultural localizada na sede municipal, uma de moradores, também, localizada na sede, duas Associações de Comunidades Quilombolas (Sítio Novo e Algodões) e as demais de produtores rurais.

A Cooperativa dos Pequenos Produtores de Jussara (COPEJ), originada da associação de pequenos empreendedores rurais, é uma entidade atuante no fortalecimento da atividade agropecuária, com destaque para a pecuária de ovinos e caprinos.

Em Jussara, apenas a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Educação atuam nas questões ambientais de alguma forma.

Município de São Gabriel (BA)

São 03 (três) as ONGs presentes no município: Fundação Culturarte, Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) e Ipê Terras. A ONG Fundação Culturarte tem atuação na área cultural no município, tendo apoiado o fortalecimento dos grupos de Reisado, São Gonçalo, Capoeira, artesanato (bordado, pintura, biscuit, talhamento em madeira) cantores e violeiros. Em grande parte dos povoados encontra-se um grupo de produção cultural tradicional. Atuam, ainda, grupos dedicados à Dança Afro e a Filarmônica 25 de Fevereiro, criada há cerca de um ano.

A CAA, fundada em Gentio do Ouro (BA), possui sede em Irecê (BA) e atua na microrregião na construção de cisternas e assistência técnica para seu manejo, trabalha junto às associações de produtores rurais com os temas uso da água, convivência com o semiárido, segurança alimentar e tecnologias sociais para fixar o homem no campo.

De acordo com informações da Secretária Municipal de Meio Ambiente, a ONG Ipê Terras, desenvolve no município um trabalho, junto às associações de produtores rurais, referente ao processo de desertificação, cultura agroflorestal e incentivo à produção agroecológica.

A Associação dos Professores da Bahia (APLB) tem como pauta, junto ao Poder Público, diversas demandas de interesse da sociedade no município.

Em todas as comunidades da zona rural encontram-se associações de moradores e de produtores rurais. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também, foi citado no município.

Destacam-se, ainda, os Conselhos de Meio Ambiente, de Educação, da Merenda Escolar, de Assistente Social, do Idoso, de Desenvolvimento Sustentável, de Saúde, de Pais e Mestres e Conselho Tutelar, entre outros. Foi citado, também, como grupo de interesse o Comitê de Bacia do Rio Verde Jacaré.

Município de Morro do Chapéu (BA)

Na área socioambiental, vários grupos de interesse e entidades representativas atuam no município de Morro do Chapéu. Entre eles:

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Sindicato dos Professores do Município, com atuação mais voltada para as conquistas salariais e condições de trabalho da categoria;
- Associação dos Artesãos (ABAN), voltada para as práticas e divulgação do artesanato local;
- Oca da Minhoca, projeto social voltado para a prática esportiva direcionada às crianças;
- Associações das comunidades quilombolas, e entidades representativas de população remanescente de quilombolas, em geral uma por comunidade;
- Conselho Municipal de Meio Ambiente, formado pelas secretarias de Agricultura, Obras, Indústria e Turismo, Bem Estar Social, Educação e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A sede municipal conta, ainda, com dois espaços de atividades culturais – Teia da ABAN e Sociedade Filarmônica Minerva.

Não foram mencionadas outras entidades de preservação ou pesquisa que atuem no município na área de meio ambiente.

Município de Ourolândia (BA)

Em relação aos principais grupos de interesse e movimentos sociais em atuação no município são citadas entidades como:

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ourolândia, ligado ao MST e a CUT;
- Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST). São 05 (cinco) assentamentos do MST, com entidades representativas, sendo a maioria originada por ocupação de terras, entre eles os assentamentos Santa Luzia, Melancia, Mucunã e Fé em Deus. Em 2000, o processo de ocupação da Fazenda Cais foi traumático, resultando na morte de um dos acusados de grilagem de terra na região;
- Associação da Mineração de Extração de Mármore Bege Bahia (ASSOBEGE), entidade que presta assessoria jurídica aos empresários da extração de mármore. Atua na defesa dos interesses da classe e desenvolve, ainda, trabalho educativo na área ambiental junto às escolas em parceria com a empresa Mármore da Bahia;
- Associação da Indústria e Comércio de Ourolândia – (ASSIOURO), voltada para os interesses das indústrias e estabelecimentos comerciais associados.

Não foi identificada nenhuma instituição relacionada ao meio ambiente com atuação no município além da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Município de Várzea Nova (BA)

Com base nos relatos de gestores públicos, Várzea Nova (BA) conta as seguintes organizações sociais:

- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;
- Associações comunitárias de pequenos produtores rurais, presentes na maioria dos povoados. Esta forma de organização da população em associações no município surgiu a partir do incentivo do Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) para treinamento e capacitação de lideranças, além de recursos para o estabelecimento destas entidades;
- Associação do Quilombo Mulungu, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como remanescente quilombola.

O município conta, apenas, com um Departamento de Meio Ambiente, ligado a Secretaria Municipal de Agricultura. Nenhuma outra entidade de preservação ou pesquisa com foco na questão ambiental atua nesta unidade municipal.

Município de João Dourado (BA)

Foram identificados os seguintes grupos de interesse, atuantes no município:

- Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- Associações de produtores rurais em diversas localidades do município;
- Associações das comunidades quilombolas de Descoberta, Salinas, Riacho, Lagoa do Meio, Mata do Milho, Lagoa do Barro, Lagoa do Lundu, Feitosa e Sabino, todas fora da AEL;
- Conselho Municipal de Meio Ambiente, formado por secretarias municipais, associações de quilombolas, cooperativa de transporte e igrejas católica e evangélica.

Não há no município instituições relacionadas ao Meio Ambiente, além da Coordenação de Meio Ambiente ligada à Secretaria Municipal de Agricultura. Foram citadas pelos gestores iniciativas particulares de coleta e armazenamento de sementes de espécies nativas da caatinga.

Município de América Dourada (BA)

No que se refere a grupos de interesse e movimentos sociais, destacam-se:

- Associações comunitárias, presentes na maioria dos povoados, representando os moradores nas discussões das demandas geradas em suas comunidades;
- Associação dos Produtores Rurais do Vale do Jacaré, com representatividade em relação às demandas dos produtores rurais no município;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais, voltado para assessoria aos trabalhadores rurais em relação à documentação para benefícios públicos, como aposentadoria e créditos;
- Comissão de Avaliação dos Fóruns da Educação (CAAFE), formado por representantes da Secretaria de Educação e vereadores, para avaliar a execução das ações definidas como prioridade nos fóruns;

- Associação de Desenvolvimento de Apicultores de Prevenido (Adrape), voltada para os interesses dos produtores rurais do município.
- Apenas entidades públicas desenvolvem atividades ou projetos relacionados à temática ambiental. Destacam-se as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Educação, e os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Educação.

Município de Cafarnaum (BA)

Conforme relato dos representantes da administração pública do município, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais é um dos grupos de interesse atuantes no município. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) também está presente, tendo havido a ocupação de uma fazenda há cerca de dois anos. Segundo consta, a ocupação e montagem do acampamento ocorreram de forma pacífica e sem resistência após a fuga dos proprietários.

Entre as instituições relacionadas ao Meio Ambiente que atuam no município, foram citadas a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que realizou estudos há mais ou menos três anos para a revitalização do rio Vereda, afluente do rio Jacaré. Até o momento os valores aprovados para a realização das obras não foi liberado. O projeto prevê a recuperação da mata ciliar e ações de educação ambiental voltadas para a população residente na área próxima ao rio.

Área de Estudo Local (AEL)

Analisando o conjunto de localidades na Área de Estudo Local (AEL), observa-se que presença de grupos e organizações dos primeiro, segundo e terceiro setores não exerce influência decisiva na dinâmica social nessas áreas, que na maioria das vezes não contam com uma atuação política ou organização comunitária representativa. Certamente existem exceções, como será detalhado adiante.

O resumo quantitativo das organizações citadas na AEL por categorias está descrito na **Figura 2.2.4.4.2-14**.

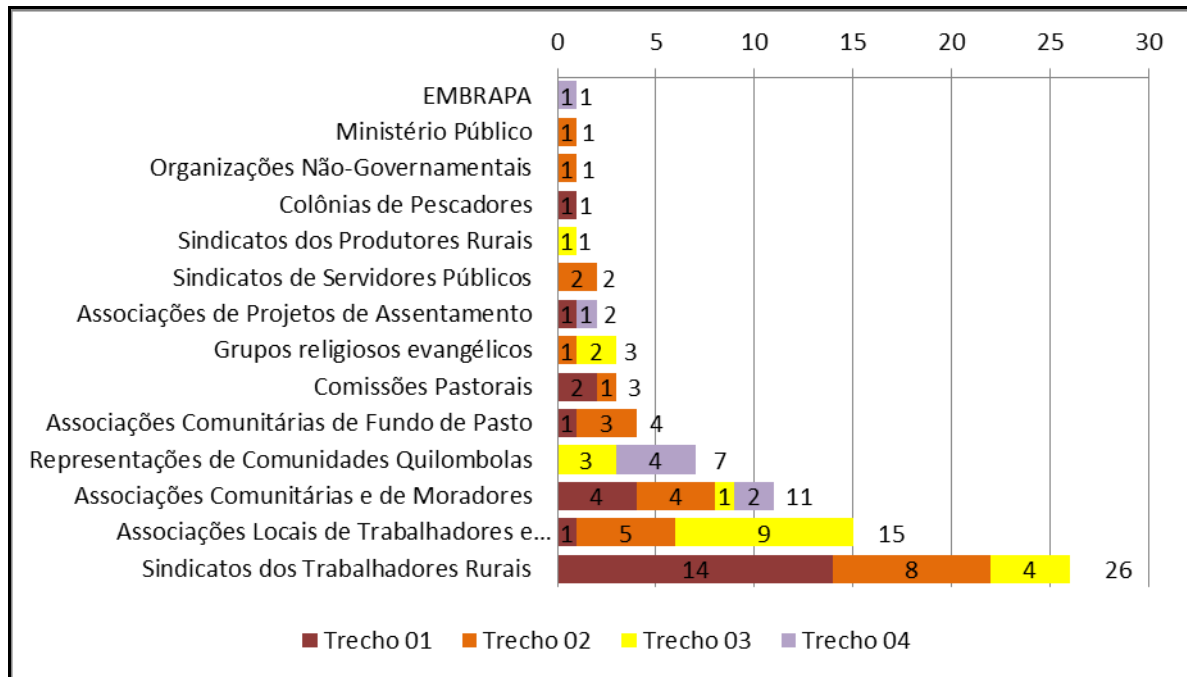


Figura 2.2.4.4.2-14 - Quantitativo de Organizações sociais por tipo e por Trecho

Como pode ser observado no **Quadro 2.2.4.4.2-17**, o Trecho 02 concentra o maior número de associações e organizações sociais, com 26 ocorrências ao todo. O Trecho 04 é aquele que apresenta o menor número, com apenas 08 (oito). Entretanto, é no Trecho 04 que se identifica a maior quantidade de organizações sociais ligadas à preservação de grupos remanescentes de quilombolas.

Quadro 2.2.4.4.2-17 - Total de organizações sociais por trecho

Trecho	Nº de Org.
Trecho 01	24
Trecho 02	26
Trecho 03	20
Trecho 04	08
Total	78

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

A análise do **Quadro 2.2.4.4.2-18** permite, também, inferir a forte presença de 03 (três) grupos de organizações: (i) organizações de produtores e trabalhadores rurais; (ii) organizações comunitárias e de moradores; e (iii) organizações de comunidades tradicionais. Além de outras organizações que não se encaixam em nenhum dos três grupos anteriores nem formam um grupo coeso entre si. Dessa forma, a apresentação dos dados será efetuada de acordo com as categorias de organizações proposta.

Organizações de Produtores e Trabalhadores Rurais

Quadro 2.2.4.4.2-18 - Organizações de produtores e trabalhadores rurais na Área de Estudo Local (AEL)

UF	Município	Organizações de Produtores e Trabalhadores Rurais
Trecho 01		
PI	Parnaguá	Associação de Assentados de Lagoa da Descoberta
		Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parnaguá
BA	Buritirama	Associação de Produtores de Gado de Poço da Jurema
		Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritirama
	Barra	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra
	Xique-Xique	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xique-Xique
Trecho 02		
BA	Gentio do Ouro	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gentio do Ouro
		Associação de Produtores Rurais do Vanique
		Associação dos Lavradores do Povoado Cedro
		Associação de Trabalhadores Rurais de Riacho do Cedro
	Ipupiara	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipupiara
		Associação de Produtores Rurais de Cochinho
	Brotas de Macaúbas	Associação de Trabalhadores Rurais de Axuré
	Brotas de Macaúbas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brotas de Macaúbas

UF	Município	Organizações de Produtores e Trabalhadores Rurais
Trecho 03		
BA	Central	Associação de Apicultores de Vereda
		Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Central
	Jussara	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Mundo Novo
		Associação de Produtores Rurais de Larga do Elói
		Sindicato dos Produtores Rurais de Jussara
	São Gabriel	Associação de Produtores Rurais de Carozal
		Associação de Produtores Rurais do Boqueirão do Ezequiel
		Associação de Produtores Rurais do Boqueirão do Guilhermino
		Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gabriel
		Associação de Pequenos Produtores Rurais de Carozal
	Morro do Chapéu	Associação de Produtores Rurais de Umburaninhas

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

De modo geral, quando se observa o conjunto da AEL, o tipo de organização social mais citado são os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), com 26 ocorrências. Tal dado não pode ser interpretado como uma manifestação de forte articulação política desses sindicatos junto a suas bases, pois, de acordo com os entrevistados, de modo geral, a atuação dessas organizações está restrita ao recolhimento da contribuição para a aposentadoria como produtor rural.

Em seguida, foram citadas 15 vezes as associações locais de trabalhadores e/ou produtores rurais. Com uma abrangência restrita a poucos povoados, na maioria dos casos, contudo, é comum que essas associações tenham sido criadas em busca de um benefício público, como a instalação de painéis solares ou de cisternas do Programa Água para Todos.

Além disso, são encontradas associações que respondem pela gestão de casas de farinha comunitárias, como é o caso da Associação dos Lavradores do Povoado Cedro, em Gentio do Ouro (BA), ou então a organização em torno de um tipo específico de produto, como a Associação de Apicultores de Vereda, em Central (BA), ou a Associação de Produtores de Gado de Poço da Jurema, em Buritirama (BA).

Não foram citadas cooperativas de produtores locais na AEL.

Organizações de Comunidades Tradicionais

Quadro 2.2.4.4.2-19 – Organizações de Comunidades Tradicionais na Área de Estudo Local (AEL)

UF	Município	Organizações de Comunidades Tradicionais
Trecho 01		
BA	Buritirama	Associação Comunitária de Fundo de Pasto do Brejão
Trecho 02		
BA	Gentio do Ouro	Associação Comunitária de Fundo de Pasto de Santana
		Associação Comunitária de Fundo de Pasto de Tiririca
		Associação Comunitária de Fundo de Pasto de São Gonçalo Mato do Meio Descanso Retiro e Gentio do Chagas
Trecho 03		
BA	Itaguaçu da Bahia	Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombolas de Alegre e Barreiros
	Central	Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombolas de Vereda
Trecho 04		
BA	América Dourada	Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombolas de Canabrava
		Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombolas Lapinha
	João Dourado	Associação do Assentamento Serra Azul
Fora da área de estudo		
BA	Salvador	Conselho Estadual das Comunidades Quilombolas
	Irecê	Conselho Territorial de Comunidades Quilombolas de Irecê

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

As organizações de comunidades tradicionais englobam dois tipos: as comunidades quilombolas e as comunidades de fundo de pasto, que são mais detalhadamente apresentadas no Capítulo de Comunidades Tradicionais. No que tange às organizações sociais dessas comunidades, foram identificadas quatro organizações de comunidades de fundo de pasto e sete organizações atuantes em comunidades quilombolas.

As associações de comunidades de fundo de pasto foram formadas a partir da necessidade de proteção dos costumes e modos de vida da população local frente a conflitos fundiários, como será descrito no **item 2.2.4.5 - Populações Tradicionais**. Além das organizações que representam os povoados da AEL, essas organizações possuem uma atuação transversalizada, em constante intercâmbio, e por isso duas associações que não pertencem a AEL foram incluídas nesse item, a Associação Comunitária de Fundo de Pasto de Santana e a Associação Comunitária de Fundo de Pasto de Tiririca, tendo em vista sua interação com a população da Comunidade de Fundo de Pasto São Gonçalo, em Gentio do Ouro (BA).

Cabe destacar o papel decisivo do apoio dado pelas Comissões Pastorais da Terra e da Família na defesa dessas comunidades e na formação de tais organizações, viabilizando o reconhecimento das comunidades e trazendo questões fundiárias locais para a esfera estadual, inclusive convocando o Ministério Público Estadual da Bahia, no caso da Comunidade Fundo de Pasto São Gonçalo.

As associações de comunidades remanescentes de quilombolas, mas frequentes no Trecho 04, foram criadas, em sua maioria, para viabilizar a organização das comunidades e formalização do processo de obtenção da certificação junto à Fundação Cultural Palmares. Algumas delas têm sua origem em organizações originalmente com outras finalidades, como associações de trabalhadores rurais ou associações comunitárias, e dentre as elencadas todas mudaram seu CNPJ para priorizar a questão quilombola, com exceção da Associação do Assentamento Serra Azul, que preferiu manter o nome original, mas que responde pela organização sócio-política Comunidade Quilombola Serra Azul.

Uma particularidade das organizações sociais com atuação sobre as comunidades quilombolas é a formação de Conselhos de Comunidades Quilombolas, um grupo de escala intermunicipal, abrangendo as comunidades dos municípios que compõem o Território da Cidadania Irecê⁴, e também a participação do Conselho Estadual de Comunidades Quilombolas, que abrange comunidades em todo o território baiano.

Organizações Comunitárias

Quadro 2.2.4.4.2-20 - Organizações comunitárias na Área de Estudo Local (AEL)

UF	Município	Organizações Comunitárias
Trecho 01		
BA	Buritirama	Associação Comunitária do Povoado Poço da Jurema
		Associação Comunitária do Povoado Várzea
		Associação Comunitária do Sítio Buritizinho
		Associação Comunitária do Sítio Santo Antônio
Trecho 02		
BA	Gentio do Ouro	Associação de Moradores da Gameleira do Assuruá
		Associação de Moradores de Itajubaquara
	Brotas de Macaúbas	Associação Comunitária da Mangabeira e Comunidades Vizinhas
		Associação Comunitária do Povoado Boa Vista

4 Sobre o Projeto Território da Cidadania Irecê, visitar a página:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/irecba>.

UF	Município	Organizações Comunitárias
Trecho 03		
BA	Morro do Chapéu	Associação de Moradores de Umburaninhas
Trecho 04		
BA	Morro do Chapéu	Associação Comunitária Fazenda Recreio
		Associação Comunitária Povoado Espinheiro I

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

As organizações comunitárias ou de moradores, apesar de apresentarem um número expressivo, sendo o segundo maior grupo de associações existentes dentro da AEL, com 11 associações, tratam questões de foco muito específico, como a organização de um grupo de moradores para demandar junto ao Poder Público melhorias em vias, ou mesmo para organizar os moradores para que eles próprios executem essa melhorias, por exemplo.

Em nenhuma entrevista foi relatada uma mobilização ampla dos moradores em cenário recente ou alguma questão de conflito relevante. As Associações de Mangabeira e Boa Vista, em Brotas de Macaúbas (BA), possuem canais de diálogo estabelecidos com a equipe dos programas socioambientais do licenciamento dos parques eólicos existentes na região.

Já no caso das Associações de Moradores da Gameleira do Assuruá e de Itajubaquara, em Gentio do Ouro (BA), foi relatado receio quanto à chegada dos empreendimentos de parques eólicos, no norte do município, tendo em vista o desconhecimento dos impactos ambientais relacionados e, também, mencionada a alta expectativa em relação à criação de empregos para a população local.

Outras Organizações

Quadro 2.2.4.4.2-21 - Outras organizações na Área de Estudo Local (AEL)

UF	Município	Outras organizações
Trecho 01		
BA	Barra	Comissão Pastoral da Família Comissão Pastoral da Terra
	Xique-Xique	Colônia de Pescadores Z 34 de Xique-Xique
Trecho 02		
BA	Gentio do Ouro	Grupo de Jovens da Igreja Sindicato dos Servidores Públicos
Trecho 03		
BA	Itaguaçu da Bahia	Grupo Presbiteriano de Combate ao Álcool e Drogas Grupo de Jovens Presbiterianos

UF	Município	Outras organizações
Fora da área de estudo		
BA	Salvador	EMBRAPA
	Irecê	Ministério Público Estadual
SP	São Paulo	Instituto Brasil Solidário (IBS)

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

As demais organizações sociais apresentam os mais variados tipos de atuação.

As Comissões Pastorais da Família e da Terra são entidades ligadas à igreja católica, que atuam diretamente junto às populações menos favorecidas em defesa da família e do direito à terra dos pequenos agricultores. Em conjunto, essas entidades tiveram sua atuação citada na proteção de comunidades de fundo de pasto, especialmente, nas localidades entre os municípios de Buritirama (BA) e Gentio do Ouro (BA), de acordo com o relato de alguns entrevistados, tendo como ponto central a Diocese de Barra (BA).

Nesse âmbito, também, foi citada a atuação do Ministério Público Estadual, da comarca de Irecê (BA), tendo em vista o conflito fundiário das populações tradicionais de fundo de pasto com grileiros. Outra entidade pública, a EMBRAPA, teve sua atuação citada na Comunidade Quilombola Serra Azul, em João Dourado (BA).

Outros grupos religiosos de origem em igrejas evangélicas atuam pontualmente nas localidades citadas, desenvolvendo trabalhos no apoio a usuários de drogas e combate ao alcoolismo, especialmente em Itaguaçu da Bahia (BA) e em Gentio do Ouro (BA).

A única Colônia de Pescadores citada pelos entrevistados foi a Colônia Z-34, em Xique-Xique (BA), voltada para a pesca no rio São Francisco. Foi citado, também, um Sindicato de Servidores Públicos duas localidades de Gentio do Ouro (BA), como entidade de classe específica.

Finalmente, o Instituto Brasil Solidário (IBS) é uma organização não governamental de São Paulo (SP) que desenvolve projetos no Distrito Itajubaquara, em Gentio do Ouro (BA). O trabalho do instituto é voltado para temáticas socioambientais, centrado no público escolar e é realizado mediante o estabelecimento de parcerias para financiamento com diferentes empresas privadas.

2.2.4.4.2.3 - Tensões e Conflitos

O estudo das tensões e conflitos existentes na região aponta para um cenário complexo identificado pelo estudo. Os resultados obtidos estão apresentados em duas escalas: os conflitos e tensões mais relevantes nos municípios estudados são descritos na Área de Estudo Municipal (AEM), e os conflitos e tensões existentes nos povoados mais próximos ao empreendimento estão sistematizados na Área de Estudo Local (AEL).

Área de Estudo Municipal (AEM)

A região onde está prevista a instalação do empreendimento possui uma série de conflitos socioambientais, alguns deles de grande amplitude. Os dados apresentados a seguir assumem como referência principal as entrevistas com representantes do Poder Público municipal, e são complementados pelo levantamento de dados secundários em fontes oficiais e fontes relevantes ou envolvidas nas disputas citadas.

Conflito entre Poder Público, Carvoarias e grilagem de terras no Piauí

Conflitos envolvendo carvoarias ilegais, prefeituras municipais, população local e proprietários de terra abrangem 03 (três) municípios da AEM localizados no Piauí: Riacho Frio, Parnaguá e Júlio Borges. Tais conflitos foram relatados por diferentes gestores municipais e endossados por relatórios de partes independentes, como a ONG Diálogo Florestal e a Comissão Pastoral da Terra, citados em páginas de notícia e em dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR).

Em Riacho Frio, 02 (duas) carvoarias são foco de tensões no município, uma delas na divisa com Parnaguá. Foi relatado em Parnaguá que existem fortes indícios da prática de grilagem de terra nas imediações da divisa do município com Riacho Frio, associada à expansão da pecuária extensiva, com a formação de latifúndios por proprietários vindos da região Sudeste do país, durante os anos 1980 e 1990.

Em 2012, a SEMAR realizou uma operação de fiscalização em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

“Um total de 07 carvoarias multadas e embargadas, 20 fornos destruídos e 724 embargados nos municípios de Morro Cabeça no Tempo, Júlio Borges, Parnaguá e Sebastião Barros. Além disso, foram apreendidos duas motosserras que estavam sendo utilizadas sem a devida licença, 250 metros cúbicos de carvão, 15 veículos com documentação irregular e com registro de roubo e furto e mais 12 carros.” (SEMAR, 2012).

Dentre as propriedades autuadas, estavam duas carvoarias em Parnaguá (PI), sendo uma com 228 e outra com 100 fornos, e uma em Júlio Borges, com 174 fornos. À época da notícia, as licenças ambientais dos empreendimentos tinham validade somente até 2014.

De acordo com dados do Ministério Público Federal (MPF),

“Foram vendidos quase 25 mil metros cúbicos de carvão vegetal para abastecer usinas siderúrgicas do estado de Minas Gerais, com madeira derrubada de forma clandestina e transportado ilegalmente, através da utilização indevida e criminosa de DOF (Documento de Origem Florestal), ficando comprovados o desmatamento, a comercialização e o transporte ilegais. Em vistoria realizada pelo IBAMA, foi evidenciada a fraude no uso do DOF para acobertar desmatamentos ilegais. O total é equivalente a impressionantes 502 caminhões carregados de carvão vegetal.” (MPF, 2015).

Esse conflito é considerado controlado atualmente pelas autoridades locais, tendo sido a maioria das carvoarias fechada. Existe a preocupação, por parte dos moradores locais, que a abertura de estradas em áreas isoladas possa favorecer a exploração de áreas florestais até então inacessíveis pelas carvoarias.

Disputa territorial: Riacho Frio (PI), Buritirama (BA) e América Dourada (BA).

Existem litígios judiciais de disputa territorial entre municípios, envolvendo prefeituras de municípios da AEM com outros municípios fora da AEM.

O primeiro caso citado ocorre no município de Riacho Frio (PI), conforme apontado por representantes da prefeitura. Foi relatada uma recente redefinição dos limites territoriais entre os municípios piauienses de Riacho Frio, Corrente, Redenção e São Gonçalo do Gurguéia. Essa redefinição, segundo gestores entrevistados, deixou Riacho Frio com faixas de território com menor densidade demográfica do que antes. Como resultado, Riacho Frio vem enfrentando dificuldades para ampliar seus serviços de saúde e tem hoje praticamente o mesmo número de habitantes e eleitores, colocando o município sob suspeita.

Disputas territoriais em litígio judicial, também, são encontradas em Buritirama (BA), que disputa com Pilão Arcado uma região de vários povoados, entre eles Lagoa Bonita, Tábua Lascada, Lagoa do Mel e Lagoa do Isidoro, todos fora da AEL. Segundo entrevistados durante o levantamento de campo, o

assunto vem sendo discutido entre as administrações municipais com a mediação de outros órgãos da esfera pública.

No município de América Dourada (BA), existe uma disputa territorial em curso com o município vizinho de Lapão (BA), a respeito do Distrito Belo Campo. Há mais de 30 anos essa disputa gera discussões acirradas, desde a emancipação dos 02 (dois) municípios. De acordo com o relato de gestores locais, uma parte da população de Belo Campo defendia a permanência do distrito em América Dourada e a outra queria que o distrito ficasse em Lapão, pela proximidade com a sede deste segundo município. Como não houve consenso, a solução encontrada foi dividir o povoado ao meio, mas, para a população de Belo Campo, a solução seria a emancipação ou manter a situação atual.

Comunidades de Fundo de Pasto na Bahia

A pesquisa realizada a respeito de conflitos fundiários envolvendo territórios de uso tradicional por comunidades de fundo de pasto na Bahia apresentou diversas ocorrências, corroboradas por relatos de representantes do poder público municipal.

O relatório Conflitos no Campo Brasil 2014, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2015), apontou para os seguintes conflitos de terra envolvendo comunidades de fundo de pasto: Baixão do Cecílio, com 50 famílias, em Buritirama (BA), e uma família do Povoado Carranca, em Gentio do Ouro (BA), localizado na Área de Estudo Local (AEL) (CPT, 2015). Além desses, outros dois casos foram identificados pela equipe de campo na AEL, conforme relatado no item **2.2.4.4.2.3 - Tensões e Conflitos** nos mesmos municípios.

Grilagem de terras em comunidades brejeiras em Barra (BA)

De acordo com a investigação da mídia local,

“Moradores da zona rural de Barra no oeste da Bahia tem perdido o sono com a descoberta de que um escritório de advocacia sediado em Juazeiro-BA teria registrado em seu nome 229 mil hectares de terras. As terras registradas estão em parte no território conhecido como “Brejos da Barra”, onde vivem isoladamente há mais de 100 anos dezenas de famílias que sobrevivem da terra que lhes é passada de geração em geração” (REVISTA BARRA MAGAZINE, 2015).

O relato, confirmado em entrevista com gestores municipais, coloca o município na expectativa de um grande conflito. A reportagem e fontes locais descrevem que esse escritório pertence a esposa de um

ex-promotor da cidade, e que as terras já contam com certificado do INCRA e registro de propriedade. A página de notícias trata a situação como um típico caso de grilagem de terras, no qual a prefeitura e a igreja católica tentam entender para intermediar os interesses da população local. *“De acordo com um corretor de imóveis a [propriedade] de 229 mil hectares pode ser avaliada em R\$ 68.000.700,00 (sessenta e oito milhões e setecentos mil reais) se for vendida ao preço médio de R\$ 300,00 por hectare”* (REVISTA BARRA MAGAZINE, 2015).

A área em que a situação se deflagrou apresenta, por si, complexidade: trata-se de área com ocupação histórica de 30 comunidades brejeiras, com características de comunidades tradicionais de fundo de pasto (algumas com autorreconhecimento, mas nenhuma com certificação), e se insere em parte da unidade de conservação estadual APA Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco, e já foi previamente estudada e caracterizada pelo pesquisador José de Sousa Sobrinho em sua dissertação de mestrado em 2006, que já apontava as dificuldades das comunidades em se adaptar ao projeto de desenvolvimento almejado por instituições estatais como a CODEVASF (SOBRINHO, 2006).

Diversos atores sociais vêm se envolvendo na questão, em defesa das comunidades brejeiras. De acordo com relato na página da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Regional Bahia,

“Foi constituída também uma comissão composta por representantes das comunidades e os parceiros, Diocese de Barra, CPT, Prefeitura de Barra, Sindicato de Trabalhadores/as Rurais e outros para irem a Salvador, participar de uma audiência com o coordenador executivo da Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA e a Promotora Pública Dr.^a Luciana Khouri, no intuito de cobrar do estado da Bahia, providência sobre este caso. O entendimento é que o estado deve, urgentemente, realizar uma Ação Discriminatória Administrativa Rural nos brejos, para verificar se esta e outras áreas foram legalmente destacadas do patrimônio público para o particular, e ao final do processo discriminatório fazer a regularização fundiária desta área em favor das comunidades.” (CPT-BA, 2015).

Uso Desordenado dos Recursos Hídricos na Bahia

Nos municípios baianos de Barra, Central, João Dourado, Várzea Nova, América Dourada e Cafarnaum foram relatados em campo pelos gestores municipais tensões e conflitos sobre o uso desordenado do lençol freático na região.

Em todos os casos, esses conflitos envolvem o consumo excessivo dos mananciais subterrâneos de água, que poderiam ser aproveitados para o consumo humano, mas, como têm sido explorados de

forma irregular, acabam contaminados e insuficientes para suprir as necessidades básicas da população local, enquanto os irrigantes que captam esses recursos hídricos garantem a sua produção.

A disputa pela água em Barra vem se tornando um ponto sensível no município, em especial nas áreas distantes do rio, em decorrência da captação para irrigação. Na região das comunidades brejeiras, os pontos de tensão se estabelecem a partir de iniciativas de barramentos do rio, por parte de alguns proprietários, interferindo no abastecimento de água de outros. Na avaliação da gestão pública local, esse problema agravou-se após a abertura de estradas para a região, fomentando o crescimento da população e, como consequência, o aumento das áreas desmatadas, o assoreamento do rio e o consumo excessivo dos recursos hídricos locais.

Em Várzea Nova, o Poder Público relatou que, diante da escassez de chuva e da abertura indiscriminada de poços artesianos e semiartesianos, os rios estão secando e o lençol freático sem reposição. A expansão da irrigação, feita a partir de poços, é um ponto de fragilidade que pode gerar tensões e conflitos em um futuro próximo.

Em João Dourado, gestores públicos relataram que a presença expressiva da agricultura irrigada tem gerado conflitos de interesses com a administração pública em relação à utilização dos recursos hídricos. Houve, em 2013, resistência da Câmara de Vereadores para a aprovação da legislação de Meio Ambiente do município, por ter posicionamento contrário aos interesses dos irrigantes. A lei em questão tratava do ordenamento do uso dos recursos hídricos, em decorrência da contaminação dos solos e do lençol freático por adubo e defensivos.

O mesmo relato foi apresentado sobre a situação em Cafarnaum por representantes do Poder Público, que associa o problema da perfuração desordenada de poços na região ao processo de degradação ambiental corrente, com forte desmatamento e o risco de desertificação da região.

Conflitos entre Pequenos Agricultores e o Projeto de Irrigação Baixo de Irecê

O Projeto Baixo de Irecê representa uma das maiores obras de irrigação em instalação na América Latina, de acordo com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paraíba (CODEVASF), responsável pelo Projeto (CODEVASF, 2015). Coordenado pelo Ministério da Integração Nacional como parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), quando concluído, o projeto prevê a criação de uma superfície agrícola útil, ou seja, área irrigada, de 47.027 hectares. Sua área abarca parcialmente os municípios baianos de Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Sento Sé.

De acordo com dados do Mapa de Conflitos, envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil, desenvolvido em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz,

“Existem aproximadamente 23 comunidades impactadas pelo Projeto do Baixio de Irecê, sendo que 18 são atingidas diretamente (perderam terras, ficaram impossibilitadas de desenvolver a agricultura, criação de animais, entre outras coisas) e cinco indiretamente. A maior parte dessa população está em Boa Vista e Xique-Xique, local da tomada de água, e são quilombolas, agricultores familiares, comunidades de fundo e fecho de pasto e ribeirinhos do rio Verde e São Francisco.

Essas populações denunciam que são vítimas de grilagem de terras desde a década de 1970 e 1980 para a construção do Baixio de Irecê e impactadas socialmente, no modo de vida e cultura das comunidades, e ambientalmente, com o assoreamento dos rios São Francisco e Verde pelo Projeto de irrigação” (CONFLITO AMBIENTAL, 2015).

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), mais de 450 famílias ocupam secularmente a região (CPT, 2015). Além da entidade da igreja católica, as populações tradicionais contam com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Xique-Xique e de Itaguaçu da Bahia, ligado à CUT, e com a participação do MST, que já ocupou área do empreendimento. Em maio de 2014, o Ministério Público Federal e Estadual realizou audiências junto a lideranças comunitárias e representantes da CODEVASF para entender a situação (RACISMO AMBIENTAL, 2014).

Representantes do Poder Público municipal em Central (BA) relataram que no final dos anos 80 e início dos 90 houve grilagem de terras de pequenos proprietários que não possuíam titulação das terras. Este advento decorreu da valorização dos terrenos por conta da informação sobre a chegada do Projeto Baixio de Irecê.

Conflitos entre Parques Eólicos e Comunidades Locais

A percepção geral apresentada a respeito da chegada dos empreendimentos de energia eólica é de preocupação. Reportagem do Canal IBASE apresenta a posição de um representante da Comissão Pastoral da Terra:

“Para Thomas Bauer, da Comissão Pastoral da Terra na Bahia (CPT-BA), os parques eólicos que ocupam imensas extensões territoriais causam grandes impactos socioambientais para as populações locais, na sua maioria comunidades tradicionais. ‘Além da volta da

grilagem de terra, os contratos de arrendamento assinados são sigilosos, abusivos e totalmente favoráveis às empresas que na sua grande maioria nem sequer explicam o teor destes contratos e os camponeses/as são pressionados a assinar entre a casa e a porteira da roça, comprometendo toda a geração futura’, afirma Thomas” (CANAL IBASE, 2014).

Além da questão do Projeto de Irrigação Baixio do Irecê, no município de Xique-Xique existem conflitos relacionados à instalação dos parques eólicos que, para a gestão pública municipal, está mudando o curso dos rios que nascem na Serra do Assuruá, interferindo no abastecimento da Lagoa de Itaparica, que se constitui em uma Área de Proteção Ambiental (APA), o que poderá comprometer a sobrevivência do manancial no futuro.

Tais conflitos envolvem, também, comunidades do município de Gentio do Ouro (BA), ainda que os mesmos não tenham sido relatados pelo Poder Público local. Esse contexto está detalhado no **item 2.2.4.4.2.3 - Tensões e Conflitos**.

Em São Gabriel (BA), segundo representantes do Poder Público, uma empresa instalou torres de teste de viabilidade de geração de energia eólica no território do município sem solicitar a anuência da prefeitura ou comunicar sua presença. O Poder Público declarou não estar de acordo com o procedimento e estuda vias legais para questionar a conduta por intermédio do Ministério Público. Foram citados, ainda, conflitos familiares por conta do arrendamento das terras para estes empreendimentos.

Por fim, em Morro do Chapéu (BA), foi relatada como latente a possibilidade de conflito entre os interesses de empreendimentos de geração de energia eólica, os proprietários de terras, do município e do Parque Estadual Morro do Chapéu. A região de chapada onde estão sendo instalados os aerogerados, em alguns casos, faz limite com a unidade de conservação. Os proprietários de terra na região têm interesse em negociar suas áreas para instalação das torres, o que não seria permitido por ser área de proteção integral. Por outro lado, a administração pública vê com bons olhos a possibilidade de geração de divisas para o município.

Atividade Garimpeira em Gentio do Ouro (BA)

De acordo com relatos de representantes do Poder Público municipal, há conflitos entre proprietários de terras e garimpeiros, muitas vezes entre parentes e vizinhos. Esses conflitos são, muitas vezes, motivados pela invasão de terras por garimpeiros, para a extração mineral sem o pagamento da percentagem cabível ao proprietário. Esses conflitos são mediados pela Secretária Municipal de Meio

Ambiente. Entretanto, outros relatos apontam também a complexidade da questão, que envolve a falta de licenciamento ambiental desses garimpos, predominantemente artesanais, e os impactos sobre áreas de preservação ambiental, reservas legais e áreas de propriedade de parques eólicos recém-instalados na região.

Pequenos Proprietários em São Gabriel (BA)

Observa-se conflito pelo uso da água na área do rio Verde/Jacaré entre os proprietários, que cercaram a vereda, e as populações que utilizam aquela área para criação pecuária como fundo de pasto que têm o acesso impedido.

De acordo com um gestor da prefeitura municipal, houve registro de assassinato por disputa fundiária há cerca de 30 anos, e até hoje há conflito entre as famílias que disputaram a terra naquela ocasião. Há no município conflito entre vizinhos por questões fundiárias, mas sem violência efetiva. Foram citados também casos de grilagem de terras, sem maiores especificações.

Dados da Comissão Pastoral da Terra corroboram o relato do representante do Poder Público sobre esse conflito, em área que abrange aproximadamente 1225 famílias, incluindo a Comunidade Gameleira, a Comunidade Lagoa de Fora e duas localidades inseridas na AEL, a Comunidade Quilombola Boqueirão dos Carlos e o Povoado Boqueirão do Ezequiel (CPT, 2015).

Marmorarias em Ourolândia (BA)

A relação entre as marmorarias e a administração pública municipal representa um ponto de tensão, em especial pela estratégia dos empresários do setor para não pagar o Imposto Sobre Serviços (ISS), tributo municipal. Segundo informações colhidas em campo, as marmorarias recolhem o ICMS para o Estado, deixando a prefeitura sem a arrecadação que lhe cabe.

Área de Estudo Local (AEL)

No universo total de 97 localidades estudadas na Área de Estudo Local (AEL), em 19 localidades da AEL foram identificados focos de tensões e conflitos dos mais variados tipos, já encerrados recentemente ou em curso. Conceitualmente, para esse item, foi assumido como **tensões** situações em que se apresentaram animosidades de interesses contrários por parte de um ou mais atores sociais, ou situações em que existem expectativas negativas a respeito da atuação de um ou mais atores. Em outro sentido, foi considerada uma situação de **conflito** quando as tensões extrapolam as animosidades e deflagram disputas diretas entre as partes interessadas. Dessa forma, fica implícito que

situações de tensão antecedem situações de conflito, e tendem a se agravar com o desenvolvimento de um conflito.

Cabe ressaltar que o levantamento realizado em campo para esse estudo não deve ser considerado uma apreensão completa das tensões e dos conflitos observados, que tendem a demonstrar complexidade ampla e exigem minimamente a escuta a todas as partes citadas, além de possíveis mediadores. Ainda assim, é relevante, além de descrever as situações registradas, situá-las em relação a categorias de análise.

Em um conjunto de aspectos apontados pelo autor a respeito das relações de poder, interessa o embasamento teórico-metodológico necessário para compreender que, nas tensões e conflitos a serem descritos nesse item, é constante a presença de “correlações de forças que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder” (idem, p. 45), e que estas variam em grau, conforme a posição dos atores em relação entre si. Por exemplo: uma disputa entre duas empresas, entre duas prefeituras ou entre dois povoados, apresentam relações de força em disputa menos desiguais do que uma disputa entre uma prefeitura e um povoado, entre um pequeno comerciante e uma multinacional, ou entre o agronegócio e a agricultura familiar. A distribuição desse “grau de desigualdade” nas correlações de força em jogo não é estanque ou binária, mas sim dinâmica e fracionária.

Ao que interessa a esse estudo, entretanto, basta identificar as posições apresentadas na “fotografia” da disputa apreendida no momento do levantamento, que irá ressaltar uma situação de baixa ou alta desigualdade nas correlações de força, usadas aqui na classificação de simetria das tensões ou conflitos como *equivalentes* ou *desproporcionais*, quando os atores sociais envolvidos possuem condições de disputa, respectivamente, em um mesmo nível de engendramento de forças ou em níveis diferentes.

Outra categoria de análise relevante é identificar a abrangência da disputa, no sentido de identificar o reflexo da disputa em relação à territorialidade envolvida, que será sistematizada aqui em quatro níveis: *local*, quando se circunscreve ao território de uma ou poucas localidades; *municipal*, quando abrangem de forma difusa os interesses de vários povoados ou um município; e *regional*, quando alcança mais de um município. Outras categorias poderiam ser propostas nesse quesito, contudo, no que tange ao conjunto de tensões e conflitos identificados esses graus de abrangência territorial são suficientes para a análise.

Exclusivamente a respeito dos conflitos, é necessário identificar também em que esfera a disputa se realiza, e estas podem ser *judicializadas*, quando envolve um litígio em trâmite, tramitado em julgado

ou em fase de investigação oficializada; *dialogadas*, quando a tratativa da disputa se realiza em uma arena de decisão mediada do poder executivo municipal ou estadual, ou ainda, de decisões em diálogo direto entre as partes envolvidas; e/ou *violentas*, quando existem ameaças ou atentados à integridade física e moral de atores envolvidos ou de suas propriedades.

A disputa pode ser classificada ainda como *resiliente*, quando tende a deflagrar-se novamente apesar de ações de combate; ou *episódica*, quando não existe tendência à repetição, seja ela solucionada ou não. No mesmo sentido, e por falta de dados precisos a respeito dos conflitos estudados, duração em tempo das tensões e conflitos será apresentada simplesmente como *curta*, *média* ou *longa*, com base na fala do(s) entrevistado(s).

É válido, ainda, quantificar o *número de atores sociais* citados que estão diretamente envolvidos na disputa e o andamento da disputa, podendo ser considerada como *em andamento* ou *encerrada*.

Com a aplicação dessas categorias, as tensões e os conflitos identificados em campo na AEL estão sistematizados a seguir, de acordo com a temática central da tensão ou do conflito.

Quadro 2.2.4.4.2-22 - Disputa de terras no Povoado Malhadinha

Trecho 01	Parnaguá (PI)	Povoado Malhadinha	km 92,66
Tipo: Conflito	Condições: equivalentes	Abrangência: local	Nº de grupos envolvidos: 2
Natureza: Dialogada	Resiliência: Resiliente	Duração: Longa	Situação: encerrado

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

A disputa de terras citada no Povoado Malhadinha é a primeira situação de conflito identificada ao longo do traçado do empreendimento. Poucas informações específicas foram fornecidas sobre a questão. Essa disputa foi tratada pelos entrevistados como uma situação específica entre duas famílias de moradores que reivindicavam para si a posse de um trecho de terra na localidade, que levou a mudanças de cercas. Depois de algum tempo a disputa foi abandonada pelas partes envolvidas, sem que houvesse certeza de sua solução, indicando que não houve qualquer tipo de agressão ou decisão judicial definitiva sobre a posse das terras e, por isso, tende a emergir novamente em caso outros interesses entrem em cena, como indenizações de empresas ou a chegada de novos empreendimentos.

É importante observar o quanto esse conflito é sintomático da situação de insegurança legal quanto à titulação das terras. A condição fundiária instável da região favorece a emergência e o constante retorno de situações de conflito, que não podem se encerrar efetivamente sem a definição última sobre os donos da terra em questão.

Quadro 2.2.4.4.2-23 - Grilagem de terras e carvoarias ilegais no Trecho 01

Trecho 01	Parnaguá (PI)	Povoado Riacho de Areia	km 107,58
		PA Piaçaba	km 112,36
		Fazenda Lagoa Nova	km 129,19
	Buritirama (BA)	Povoado Baixão dos Oliveiras	km 172,76
		Povoado Campina Dourada	km 186,12
Tipo: Conflito	Condições: desproporcionais	Abrangência: regional	Nº de grupos envolvidos: 2 - 4
Natureza: Judicializada e violenta	Resiliência: Resiliente	Duração: curta a longa	Situação: Em aberto

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Um conflito de ordem mais ampla em comparação ao anterior abrange uma região por onde está prevista a instalação da LT 500 kV Gilbués II – Gentio do Ouro II, entre os km 107 e 190, aproximadamente, que compreende os municípios de Parnaguá e Júlio Borges, no Piauí, e alcança o município de Buritirama, na Bahia.

Foram registrados diversos relatos, em cinco localidades diferentes, de práticas de grilagem de terras, em que moradores antigos e populações em situação de vulnerabilidade social são acossados por pessoas que aparentam ser ricas e poderosas, em alguns casos com o apoio do Poder Público, apresentando documentos de origem duvidosa que afirmam serem eles os verdadeiros proprietários das terras. Esses conflitos agravam-se com a interação constante com grupos de carvoarias ilegais que também atuam na região, seja através da grilagem, do uso permitido pelos ocupantes da terra (posseiros ou proprietários), ou pela invasão de terras.

Em cada localidade o relato apresenta particularidades, e nem sempre se desenvolve um conflito de fato, como na Fazenda Lagoa Nova, em Parnaguá (PI), em que o proprietário não foi atacado ou invadido, mas teme os conflitos nas vizinhanças, ou no Povoado Campina Dourada, em Buritirama (BA). As tensões, contudo, são sempre elevadas.

O epicentro de tais conflitos deflagra-se nas proximidades do Povoado Riacho de Areia e do Projeto de Assentamento Piaçaba, em Parnaguá (PI). Nas imediações dessas localidades, foi relatada a remoção forçada de famílias ocupantes de terras, após um proprietário desconhecido pelos entrevistados ter surgido, com o apoio da Polícia Militar, que ateou fogo nos domicílios, com todos os pertences dentro das casas. Não foram relatadas vítimas fatais do incidente, mas o desenvolvimento da ação, ainda, estava em curso durante o trabalho de campo, por isso não foi possível conhecer o desfecho da história. De acordo com os entrevistados, esse novo proprietário é na verdade um grileiro, que atua conjunto com carvoarias ilegais.

Tal situação de conflito está em andamento, e endossa as indisposições geradas pela condição fundiária indefinida da região. Não foi relatada a atuação de nenhuma entidade, pública ou privada, em defesa dessas comunidades, demonstrando o alto grau de assimetria entre as partes envolvidas no conflito, e devido à ausência de opções para as famílias que foram removidas, a tendência é que as mesmas passem a ocupar outras áreas de forma irregular e, eventualmente, sofram novamente da mesma rotina de remoções.

A situação mais antiga decorreu em Buritirama (BA), no Povoado Baixão dos Oliveiras. De acordo com relato de moradores, há alguns anos, grileiros, alegaram que uma área rural próxima à localidade pertencia na verdade ao município piauiense de Júlio Borges, tomaram posse da área e iniciaram uma carvoaria ilegal. Nesse caso, houve a atuação do IBAMA, que encerrou as atividades criminosas da carvoaria, sem que tenha havido reincidência, segundo os moradores. Entretanto, essas terras, que, segundo os moradores, encontram-se no município de Buritirama e pertencem ao Povoado, nunca foram reavidas aos produtores locais.

Quadro 2.2.4.4.2-24 - Tensões de carvoarias em Poço da Jurema

Trecho 01	Buritirama (BA)	Povoado Poço da Jurema	km 190,87
Tipo: Tensão	Condições: desproporcionais	Abrangência: local	Nº de grupos envolvidos: 3
Natureza: Sem conflito	Resiliência: Resiliente	Duração: Longa	Situação: Em aberto

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Em Poço da Jurema, povoado de Buritirama (BA), identificou-se uma situação de tensões acirradas devido ao combate, por parte da Prefeitura e do IBAMA, às carvoarias, que eram frequentes nas localidades próximas há cerca de cinco anos. Alguns moradores trabalhavam ou eram proprietários dessas carvoarias, e apontaram o combate à atividade como parte de uma disputa política na região, de forma a enfraquecer adversários do governo. Dessa forma, alguns indicaram que existe, ainda, tendência ao retorno das carvoarias, de forma legalizada. Atualmente, no entanto, não foi citada nenhuma carvoaria ilegal em atividade na localidade.

Quadro 2.2.4.4.2-25 - Conflito entre produtores rurais em Poço da Jurema

Trecho 01	Buritirama (BA)	Povoado Poço da Jurema	km 190,87
Tipo: Conflito	Condições: equivalentes	Abrangência: local	Nº de grupos envolvidos: 2
Natureza: Violenta	Resiliência: episódica	Duração: curta	Situação: encerrada

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

No mesmo Povoado de Poço da Jurema, em Buritirama (BA), ocorreu um conflito causado pela mudança do tipo de produção pecuária principal na localidade. Até determinado período, a quase totalidade dos pecuaristas trabalhavam com caprinos ou ovinos, que eram criados na modalidade de

pasto solto. Contudo, por meio da formação de Associação de Produtores de Gado Bovino na localidade, os produtores mudaram sua produção para o gado bovino.

Essa transição levou a um conflito, tendo em vista que os bovinos deveriam ser criados em pastos cercados, com a plantação de capim. Os caprinos ou ovinos da região, que eram criados soltos, invadiam as propriedades dedicadas ao gado bovino, graças a seu porte menor. Os pecuaristas bovinos, incomodados com alegados prejuízos a sua produção, decidiram que os criadores de cabras e ovelhas deveriam cercar seu gado, caso contrário os animais invasores seriam mortos. Os criadores de cabras e ovelhas, por sua vez, alegaram que a instalação de uma cerca para conter seu gado envolvia custos que não poderiam arcar.

Dessa forma, por meio de sucessivas mortes de caprinos e ovinos, os criadores de progressivamente abandonaram essas espécies e migraram para a criação de bovinos. Atualmente, ainda existe criação de cabras e ovelhas na localidade, mas de forma residual, com rebanhos pequenos e voltada para a subsistência.

Quadro 2.2.4.4.2-26 - Tensões sobre painéis solares no Povoado Sítio Santo Antônio

Trecho 01	Buritirama (BA)	Povoado Sítio Santo Antônio	km 193,68
Tipo: Tensão	Condições: desproporcionais	Abrangência: local	Nº de grupos envolvidos: 2
Natureza: Sem conflito	Resiliência: episódica	Duração: curta	Situação: encerrada

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Moradores do Povoado Sítio Santo Antônio, localizado nas proximidades do km 194 da LT 500 kV Gilbués II – Gentio do Ouro II, em Buritirama (BA), relataram tensões com a Prefeitura devido ao recolhimento de painéis solares, instalados pelo Programa Luz Para Todos, do governo federal, após a instalação na localidade da rede de distribuição de energia da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba). Para alguns moradores, esse equipamento não deveria ser recolhido, pois teria sido doado pelo governo federal, e acreditam que a prefeitura está fazendo apropriação indébita de benefícios para a população. Cabe destacar que essa posição não é unânime entre os entrevistados, contudo ainda existe uma tensão residual devido ao episódio.

Quadro 2.2.4.4.2-27 - Grilagem de terra na Comunidade de Fundo de Pasto Brejão

Trecho 01	Buritirama (BA)	Comunidade de Fundo de Pasto Brejão	km 221,2
Tipo: Conflito	Condições: desproporcionais	Abrangência: local	Nº de grupos envolvidos: 6
Natureza: violento e judicializado	Resiliência: episódica	Duração: média	Situação: encerrado

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Próximo à sede de Buritirama (BA), encontra-se a Comunidade de Fundo de Pasto Brejão. Essa comunidade teve seu histórico de reconhecimento como comunidade de fundo de pasto durante um episódio de tentativa de grilagem das áreas de produção coletiva, realizada por um ex-prefeito, segundo uma liderança local. Esse ex-prefeito pretendia utilizar uma área da comunidade para instalar uma grande fazenda de gado bovino. Houve uma tentativa de remoção forçada das famílias, com a participação da Polícia Militar. Nesse caso, entretanto, a comunidade resistiu à remoção, com uso de barricadas. A partir desse conflito, com a participação da Comissão Pastoral da Terra e do Bispo de Barra, foi dado início a um processo de organização dos moradores do povoado para seu reconhecimento como comunidade de fundo de pasto, de forma a garantir o direito a terra. Após a formação da associação da comunidade, as tentativas de grilagem da terra cessaram e, atualmente, a comunidade está em processo de receber a titulação de seu território pelo INCRA.

Quadro 2.2.4.4.2-28 - Tensões e conflitos com Parques Eólicos em Gentio do Ouro

Trecho 01	Gentio do Ouro (BA)	Povoado Mato Grosso	km 340,13
Trecho 02		Distrito Gameleira do Assuruá	km 2,22
		Distrito Itajubaquara	km 13,11
		Povoado Cedro	km 39
Trecho 03		Povoado Riachão	km 16,53
Tipo: Conflito	Condições: desproporcionais	Abrangência: municipal	Nº de grupos envolvidos: 2 - 4
Natureza: Dialogado	Resiliência: episódica	Duração: curta	Situação: Em aberto

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Em 04 (quatro) povoados de Gentio do Ouro (BA) foram feitos relatos de situação de conflito a partir da chegada de diversas empresas de usinas eólicas na região, todos nas proximidades da Subestação Gentio do Ouro II. De acordo com os relatos registrados no Distrito de Gameleira do Assuruá, essas situações envolvem grilagem de terra realizada por pessoas em nome das eólicas, ou de proprietários da região interessados na indenização a ser paga pelas eólicas pela instalação dos aerogeradores. Outro elemento que se acrescenta nesses conflitos é a restrição de acesso nas propriedades de garimpeiros tradicionais de cristais, atividade importante para a economia da região. De acordo com os moradores, existem, no momento, representantes dessas empresas realizando reuniões nas comunidades para tratar das questões apontadas.

Além disso, nos demais povoados foi relatada pela população a truculência nas negociações de indenização ou compra das propriedades, em valores abaixo dos preços de mercado, com destaque para o Povoado Riachão, em que o morador declarou não ter “fechado o negócio” da venda de sua propriedade, mas no terreno indicado existe uma placa propriedade privada em nome de uma empresa de energia eólica.

Em todos os povoados a população demonstrou insatisfação em relação às informações sobre o empreendimento, consideradas insuficientes, também, quanto à geração de empregos para a população local, que não correspondeu à expectativa criada.

**Quadro 2.2.4.4.2-29 - Conflitos entre parques eólicos
e grilagem de terra nas comunidades de fundo de pasto em Gentio do Ouro**

Trecho 02	Gentio do Ouro (BA)	Comunidade de Fundo de Pasto São Gonçalo	km 30,7
Tipo: Conflito	Condições: desproporcionais	Abrangência: local	Nº de grupos envolvidos: 7
Natureza: judicializado	Resiliência: episódica	Duração: curta	Situação: em aberto

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Na Comunidade de Fundo de Pasto São Gonçalo localizada próxima ao quilômetro 30 da LT 230 kV Gentio do Ouro II – Brotas de Macaúbas, no município de Gentio do Ouro (BA), ocorreram os mesmos problemas entre os moradores da comunidade e grileiros, atuando em conjunto com interesses de empresas de energia eólica citados no município. Entretanto, esse caso foi agravado pela ação agressiva dos grileiros e de advogados das empresas de eólicas, que coagiram, por meio de ameaças, moradores analfabetos e de idade avançada a assinarem documentos sem o conhecimento do teor dos mesmos. Uma cópia de um desses documentos foi apresentada à equipe de campo, que identificou uma tentativa de reconhecer a posse do grileiro das terras por parte dos moradores.

A partir desses eventos a comunidade se organizou para resistir contra a perda das terras, em especial as áreas de uso coletivo de fundo de pasto. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, a comunidade de São Gonçalo aliada a outras quatro comunidades fundou uma associação para estabelecer o reconhecimento como comunidade de fundo de pasto, e outras duas comunidades vizinhas, Tiririca e Santana, fundaram associações próprias com exceção de São Gonçalo, entretanto, nenhuma das outras comunidades encontra-se na AEL do presente estudo. Esse grupo de associações recorreu ao Ministério Público Estadual, da comarca de Irecê (BA), que abriu um processo para reconhecimento da posse das terras das comunidades, e o processo está em trâmite. A preocupação da população é que a instalação dos aerogeradores na região avance, e que isso consolide a perda das áreas dos povoados. Um líder entrevistado declarou que se considera em condição de risco de morte, devido a seu combate ao empreendimento.

O relatório da Comissão Pastoral da Terra de Conflitos no Campo, de 2014, apontou para uma família de fundo de pasto no Povoado Carranca, na AEL, também em Gentio do Ouro, que estaria em algum tipo de situação de conflito. Durante o levantamento de campo, entretanto, não foi possível identificar qualquer relato específico sobre a situação.

Quadro 2.2.4.4.2-30 - Conflito com linha de transmissão na Fazenda Canadá

Trecho 03	Central (BA)	Fazenda Canadá	km 65,65
Tipo: Conflito	Condições: desproporcionais	Abrangência: local	Nº de grupos envolvidos: 2
Natureza: dialogado	Resiliência: episódica	Duração: curta	Situação: em aberto

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Os moradores da Fazenda Canadá, localizada na zonal rural próxima à sede do município de Central (BA), estavam em negociação direta com um advogado representante de uma empresa responsável pela instalação de uma linha de transmissão de energia, que atravessava a propriedade quando a equipe de campo foi realizar a visita. De acordo com os moradores, o empreendimento, que já havia realizado a desobstrução de uma construção (centenária segundo os moradores) para o lançamento dos cabos, estava sendo instalado em uma distância menor do que a prevista para a residência dos moradores. Com isso, os proprietários embargaram o lançamento dos cabos até que o advogado da empresa se comprometeu a indenizar pela remoção da construção e ainda de um chiqueiro, que estavam na faixa de servidão do empreendimento.

Com a liberação dos proprietários os cabos foram lançados, contudo eles aguardariam, ainda, nova visita dos representantes da empresa para acertar os detalhes do ressarcimento. A equipe de campo verificou que a residência atual encontra-se a 417 m do traçado previsto para a LT 500 kV Gentio do Ouro II – Ourolândia II.

Quadro 2.2.4.4.2-31 - Disputa de terras no Trecho 04

Trecho 04	América Dourada (BA)	Comunidade Quilombola Canabrava	km 52,57
	Morro do Chapéu (BA)	Povoado Espinheiro II	km 72,81
Tipo: Conflito	Condições: equivalentes	Abrangência: local	Nº de grupos envolvidos: 2
Natureza: Dialogada	Resiliência: Resiliente	Duração: Longa	Situação: encerrado

Fonte: Ecology Brasil, Levantamento de campo, 2015.

Os últimos conflitos identificados na Área de Estudo Local (AEL) referem-se à disputas de terra entre moradores antigos em duas localidades do Trecho 04. A primeira delas é a Comunidade Quilombola Canabrava, em América Dourada (BA). De acordo com o relato dos moradores, os conflitos ocorreram devido às desavenças a respeito da divisa entre terras de dois moradores da comunidade, mas que já foi resolvida. Entretanto, não foi relatada uma definição formal da questão, que pode voltar à tona caso haja interesses de indenizações ou venda das propriedades. Nesse caso específico, existe o complicador de que as terras encontram-se em território quilombola, ainda, não delimitado pelo

INCRA, o que pode encerrar definitivamente a questão ou reabri-las, de acordo com o mapeamento da entidade.

A segunda situação de disputa foi relatada no Povoado Espinheiro II, em Morro do Chapéu (BA), nas proximidades do município de Cafarnaum (BA). De acordo com um morador mais antigo houve situação muito parecida à anterior, em que uma disputa pela posição de cercas entre moradores foi deflagrada, mas o problema foi resolvido ou deixado de lado. Da mesma forma, a indefinição formal da questão, associada à movimentação de empreendimentos que vêm se instalando na região, pode reacender a rixa.

Nesses dois casos os relatos fornecidos pelos moradores foram esparsos, sem muitos detalhes sobre a situação, de modo que apenas um levantamento cartorial ou consulta direta às partes envolvidas poderia esclarecer detalhes específicos.

